



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM TEORIA E PESQUISA DO
COMPORTAMENTO

**FAMÍLIAS RIBEIRINHAS AMAZÔNICAS E O PROGRAMA BOLSA
FAMÍLIA**

Viviam Rafaela Barbosa Pinheiro Freire

Belém-Pará

Março/2012



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM TEORIA E PESQUISA DO
COMPORTAMENTO

**FAMÍLIAS RIBEIRINHAS AMAZÔNICAS E O PROGRAMA BOLSA
FAMÍLIA**

Viviam Rafaela Barbosa Pinheiro Freire

Dissertação apresentada ao Colegiado do
Programa de Pós Graduação em Teoria e
Pesquisa do Comportamento como
requisito parcial para a obtenção do
título de mestre, sob a orientação da
Prof^a. Dra. Simone Souza da Costa Silva.

Belém-Pará

Março/2012



Serviço Público Federal
Centro Universitário Prof. José da Silveira Neto
Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento
Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento

Dissertação de Mestrado

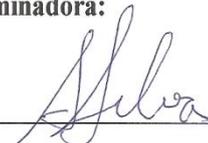
“Famílias Ribeirinhas Amazônicas e o Programa Bolsa Família”

Candidata: Viviam Rafaela Barbosa Pinheiro Freire

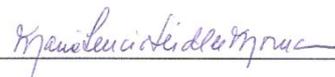
Data da Defesa: 01 de Março 2012

Resultado: Aprovada.

Banca examinadora:



Prof.^a Dr.^a Simone Souza da Costa Silva (UFPA), Orientadora.



Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia Seidl de Moura (UERJ), Membro.



Prof. Dr. Fernando Augusto Ramos Pontes (UFPA), Membro.

Dedico este trabalho a Deus, o amado da
minha alma, minha fortaleza e refúgio.
Toda honra, glória e louvor sejam dados a
Ele.

Agradecimentos

Agradeço a Deus por ter sido abençoada com a família que possuo, como também amigos e parceiros constituídos ao longo de minha trajetória.

À minha família espetacular: minha filha (Hannah), marido (Paulo), mãe (Cida), pai (Léo) e irmão (Léo). Não teria conseguido sem vocês.

Aos Doutores Simone Souza da Costa Silva e Fernando Augusto Ramos Pontes, pelas valiosas orientações, pela amizade, compreensão e incentivo diante dos desafios.

À Professora Marizete Lopes, a “orientadora de vida”.

À Dra. Lília Iêda Chaves Cavalcante, pela parceria e amizade ao longo destes dois anos de mestrado.

À Dra. Maria Lúcia Seidl de Moura, pelo profissionalismo e contribuições na qualificação e dissertação.

À Dra. Ana Irene Alves, pela receptividade, aprendizado e incentivo.

Ao Programa de Pós Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, pelo acolhimento e profissionalismo de seus funcionários: pessoal da coordenação, professores, secretaria e do apoio.

À comunidade da ilha do Combú que, tão gentilmente, nos recebeu em suas casas.

Ao grupo do Bolsa Família (Dani, Tati, Kátia, Tatá, Eline, Beth, Pedro, Júlia, Suzane). Vocês são fantásticos.

Ao grupo LED, pela parceria na condução da pesquisa.

À CAPES, pelo auxílio financeiro.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS E FIGURAS.....	7
RESUMO.....	8
ABSTRACT.....	9
APRESENTAÇÃO.....	10
CAPÍTULO I - Introdução	11
CAPÍTULO II - O Programa Bolsa Família como estratégia de combate à pobreza em dissertações e teses no Brasil	18
Resumo	18
Abstract	18
Introdução	19
Método	24
Procedimentos de busca e análise das dissertações e teses	25
Resultados e Discussão	25
Considerações finais	35
Referências	38
CAPÍTULO III - Atividades acadêmicas e a rotina de crianças ribeirinhas participantes do Programa Bolsa Família	42
Resumo	42
Abstract	42
Introdução	43
Método	50
Participantes	50
Ambiente	50
Instrumentos	51

Procedimentos iniciais de coleta e análise:	52
Resultados e Discussão	53
Considerações finais	60
Referências	63
CAPÍTULO IV - Coesão e hierarquia parental na percepção de familiares beneficiários do Programa Bolsa Família em contexto ribeirinho amazônico	68
Resumo	68
Abstract	68
Introdução	69
Método	75
Participantes	75
Ambiente	75
Instrumentos	76
Procedimentos iniciais, de coleta e análise	77
Resultados e Discussão	78
Considerações finais	86
Referências	89
CAPÍTULO V - Considerações Finais	93
Referências	97
ANEXOS	99
ANEXO A – Documento de Aprovação do comitê de Ética.....	99
ANEXO B – Termo de consentimento Livre e esclarecido.....	100
ANEXO C – Representação Familiar.....	101
ANEXO D – Inventário Biosociodemográfico.....	102
ANEXO E – Inventário de Rotina.....	105

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 1. Pesquisas publicadas por área de conhecimento.....	27
Tabela 2. Frequência e percentuais do conteúdo temático por nível acadêmico.....	34
Figura 1. Publicação de dissertações e teses por nível acadêmico e ano.....	26
Figura 2. Exemplos de palavras chaves por área de conhecimento.....	28
Figura 3. Levantamento de pesquisas por participantes.....	30
Figura 1b. Distribuição das atividades de rotina em dias de semana e de fim de semana.....	56
Figura 2b. Companhia de realização das atividades rotineiras em dia de semana e de fim de semana.....	57
Figura 3b. Distribuição das atividades rotineiras de ir à escola, dever de casa e leitura em dias de semana e de fim de semana.....	58
Figura 4b. Companhia rotineira de realização do dever de casa.....	59
Figura 1c. Genograma do grupo familiar.....	78

Freire, V. R. B. P. (2012). *Famílias ribeirinhas amazônicas e o Programa Bolsa Família*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento. Belém-Pa: Universidade Federal do Pará, 106 páginas.

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo compreender e descrever os ajustes familiares de beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) que residem em uma ilha na Amazônia. Para isto, foram estipulados objetivos específicos que correspondem aos três artigos constituintes da dissertação. O primeiro propõe uma revisão sistemática da literatura, objetivando mapear as dissertações e teses sobre o Programa Bolsa Família registradas no Banco de Teses, disponível no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). O segundo artigo objetivou descrever atividades de rotinas referentes à vida acadêmica de crianças atendidas pelo Programa Bolsa Família em um contexto ribeirinho amazônico. O terceiro apresenta um estudo de caso que objetivou conhecer a percepção de membros familiares beneficiários do Programa Bolsa Família sobre a coesão e hierarquia parental em um ambiente ribeirinho amazônico. Como resultado pode-se conhecer as características do funcionamento familiar, particularmente, diante de demandas do PBF e do contexto ribeirinho.

Palavras-chave: bolsa família, desenvolvimento, ribeirinhos da Amazônia.

Freire, V. R. B. P. (2012). *Families from a riverside community in the Amazon and the Family Grant Program*. Master's Thesis. Post-Graduate Program in Theory and Research of Behavior. Belém: Federal University of Pará (1- 106).

ABSTRACT

This study aimed to understand and describe family functioning of riverine beneficiaries of Bolsa Família Program (BFP) who live in an Amazon island. For that, specific objectives were established which correspond to the three articles of this dissertation. The first proposes a systematic literature review, aiming to map the dissertations and theses on the Bolsa Família Program registered in Thesis Bank, available on the website of the Coordination of Improvement of Higher Education Personnel (Capes). The second article aimed to describe routines activities related to academic life of children who participate in Bolsa família Program in an amazonian riverine context. The third presents a case study which aimed to know the perception of family members who participate in Bolsa Família Program about parental cohesion and hierarchy in an amazonian riverine environment. As a result we could know the characteristics of family functioning, particularly in the face of requirements of PFB and riverside context.

Keywords: bolsa família, development, amazonian riverine people.

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação foi organizada em cinco capítulos, sendo três deles apresentados na forma de artigos. O primeiro objetivou mapear as dissertações e teses sobre o Programa Bolsa Família (PBF) registradas no Banco de Teses, disponível no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Realizou-se uma caracterização destas produções científicas, apresentando o que tem sido investigado sobre as contribuições do PBF para a redução da pobreza na população brasileira. Este estudo foi submetido na revista *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, encontrando-se em fase de avaliação.

O segundo artigo objetivou descrever as rotinas referentes à vida acadêmica de crianças atendidas pelo Programa Bolsa Família (PBF) em um ambiente ribeirinho amazônico. Especificamente foram incluídas as atividades de ir para a escola, fazer o dever de casa e realizar leituras na rotina dos dias de semana e fim de semana. Este trabalho foi submetido na revista *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, e também está em fase de avaliação.

O terceiro é um estudo de caso que objetivou conhecer a percepção de membros familiares beneficiários do Programa Bolsa Família sobre a coesão e hierarquia parental em um contexto ribeirinho amazônico. Para tal, buscou-se identificar a estrutura das relações parentais diante de situações típicas, ideais e de conflito vivenciadas no cotidiano pela família.

A compilação dos três artigos estrutura a dissertação, havendo inicialmente uma introdução e posteriormente algumas considerações acerca do tema. As referências ao final do documento são concernentes a esta primeira parte do trabalho (introdução) e às considerações finais. As referências dos artigos encontram-se ao final de cada um deles.

CAPÍTULO I

Introdução

Ao longo dos anos, estudos em desenvolvimento assumiram uma diferente trajetória. Inicialmente considerava-se relevante a busca por interferências isoladas sobre o desenvolvimento, como as genéticas ou culturais. No entanto, atualmente, tal postura reformula-se, especialmente, na busca pela forma como tais fatores atuam neste processo, dado o consenso de sua natureza multideterminada (Bronfenbrenner, 1996).

Esta multideterminação, no entanto, atinge não apenas o indivíduo, mas também o grupo em que está inserido, em particular a família. Para Minuchin (1982) família é um sistema que possui um conjunto de exigências funcionais implícitas ou não que organiza os modos pelos quais os seus membros interagem. Isto ocorre através de padrões transacionais, isto é, regras de interação familiar. Nesse sentido, a família pode ser entendida pela análise de três componentes que emergem deste conceito: a estrutura, os subsistemas e as fronteiras (Minuchin, 1982).

O termo estrutura se remete ao conjunto subjetivo de exigências funcionais que organiza a forma na qual as pessoas interagem (Minuchin, 1985). Desta forma a estrutura pode ser compreendida como um padrão organizado e repetitivo baseado em regras. Para Bucher (1985) são as regras estabelecidas pela família que irão nortear a conduta de seus membros, porém estas são condicionadas por diversos fatores, especialmente pela classe social a qual as famílias pertencem. Isto demonstra que o sistema familiar, mesmo que inconscientemente, compartilha regras oriundas de aspecto como contexto e interações repetidas entre os indivíduos.

Uma forma de acessar as regras e a estrutura familiar é através da análise das atividades de rotina. Isto se explica pelo fato da dinâmica que envolve as relações ser concretizada no cotidiano, isto é, nas rotinas das famílias, de modo que estas são os

principais indicadores das formas de organização típicas do grupo familiar (Fiese & cols., 2002; Geertz, 1966)

Rotinas familiares, em termos operacionais, são comportamentos observáveis, repetitivos que envolvem dois ou mais membros e que ocorrem com regularidade, sendo sujeitos a previsibilidade ao longo da vida familiar (Boyse, Jensen, James e Peacock, 1983). Nesse sentido, ao conhecer o dia-a-dia das pessoas através de suas tarefas e companhias diárias, obtêm-se os indicativos de como as regras permeiam a interação de subunidades dentro da família, que são os subsistemas.

Por meio dos subsistemas, os sistemas exercem suas funções e se diferenciam entre si. Indivíduos, díades, como também vários membros podem compor estas subunidades dentro da família, havendo a possibilidade de uma pessoa participar de mais de um subsistema como o conjugal e parental (Minuchin, 1982). Os subsistemas, portanto, se configuram como unidades distintas devido à presença de fronteiras em sua composição.

As fronteiras podem ser entendidas pela distinção que configuram aos subsistemas, regulando a forma como se relacionam. Assim, as fronteiras diferenciam os papéis das pessoas que formam a família, como também definem seus limites de interação (Minuchin, 1982). As relações estabelecidas no subsistema conjugal, por exemplo, devem ser peculiares aos cônjuges, diferentemente das outras relações, como mãe-filho.

As fronteiras, segundo Wood e Talmon (1983), podem ser concebidas por dois construtos: coesão e hierarquia. Dos conceitos que têm sido utilizados no estudo do sistema familiar, estes têm especial relevância, pois se constituem como dimensões básicas para a compreensão das relações familiares (Pelisoli, Teodoro, & Dell'aglio, 2007). Nesse sentido, as relações familiares estão sujeitas ao nível de proximidade e

também ao nível hierárquico desempenhados pelos integrantes em diversas situações, como conflito e harmonia.

Coesão é definida como proximidade afetiva, que envolve relações de amizade, união e de pertencimento ao grupo, estando relacionada com o desenvolvimento saudável e bem-estar psicossocial de crianças, do adolescente e de famílias (De Antoni, Teodoro & Koller, 2009). Esta definição é confirmada por Johnson, Cowan e Cowan (1999) que relacionam coesão à medida do quanto os membros de uma família parecem unidos e emocionalmente conectados uns com os outros. A hierarquia, por sua vez, refere-se ao poder de decisão que envolve influência e controle exercidos por um membro da família sobre os demais (Gehring & Marti, 1993).

Embora os padrões que regem o funcionamento familiar sejam importantes, sua existência não determina o desenvolvimento humano, que também está sujeito a aspectos contextuais. Para Bronfenbrenner (1996), os contextos são complexos e constituídos por vários níveis, cuja distinção está no grau de proximidade em relação à pessoa em desenvolvimento. O mais próximo é o microssistema, como a família, caracterizada anteriormente. O mais distante é o macrossistema, envolvendo os sistemas de valores e crenças que permeiam a existência das diversas culturas.

O macrossistema, para Barreto, Bucher-Maluschke, Almeida e Desouza (2009), tem como alguns representantes as macroinstituições, como os Governos Federal, Estadual e Municipal. Estas exercem influência preponderante na pessoa, interferindo nas interações de todos os outros níveis ambientais, uma vez que suas políticas públicas se refletem nos padrões reais e potenciais das inter-relações das pessoas e na organização da sociedade.

Desta forma, apesar das ações governamentais estarem no nível macrossistêmico, seu reflexo atinge o dia-a-dia dos cidadãos. Neste sentido, os

programas de transferência de renda, em especial o Programa Bolsa Família, representam ações do macrosistema geradoras de mudanças imediatas e de longo prazo nos grupos familiares e no desenvolvimento de crianças e adolescentes.

O Programa Bolsa Família (PBF) é considerado o carro-chefe do Fome Zero, uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Esta estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, 2010).

Sua estrutura se destaca especialmente em dois eixos: transferência de renda, a fim de promover o alívio imediato da pobreza; e condicionalidades, que reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social, na tentativa de romper o ciclo transgeracional da pobreza.

A inclusão no Cadastro Único é uma pré-condição para a participação das famílias. Aquelas em situação de extrema pobreza (renda per capita até R\$70,00) ou situação de pobreza (renda per capita até R\$140,00), e famílias que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos são elegíveis ao Programa.

Os benefícios financeiros do PBF podem ser do tipo básico, no valor mensal de R\$ 68,00 (sessenta e oito reais), destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza; benefício variável, no valor mensal de R\$ 22,00 (vinte e dois reais) por beneficiário, até o limite de R\$ 66,00 (sessenta e seis reais) por família, e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre zero e doze anos; ou adolescentes até quinze anos (MDS, 2010)

Além destes há o benefício variável vinculado ao adolescente, no valor mensal de R\$ 33,00 (trinta e três reais) por beneficiário, até o limite de R\$ 66,00 (sessenta e

seis reais) por família, e que tenham em sua composição adolescentes com idade de dezesseis a dezessete anos, matriculados em estabelecimentos de ensino (MDS, 2010).

Em contrapartida, o pagamento dos benefícios depende do cumprimento das condicionalidades de saúde e de educação. As condicionalidades são compromissos assumidos tanto pelas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família quanto pelo poder público para ampliar o acesso dessas famílias aos seus direitos sociais básicos.

Na área de saúde, as famílias beneficiárias assumem compromissos, tais como o de acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. Na educação, todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Na área de assistência social, crianças e adolescentes com até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e obter frequência mínima de 85% da carga horária mensal.

Por ser considerado na atualidade uma das principais estratégias de combate à pobreza do mundo, observa-se a importância do PBF atingir pessoas que realmente estejam em situação de privações como as econômicas e sociais. Daí fala-se de uma população que não se restringe aos grandes contextos urbanos, mas se expande por outros ambientes, como é o caso dos ribeirinhos da Amazônia.

O termo ribeirinho é, tradicionalmente, utilizado para designar o indivíduo que vive e subsiste fundamentalmente do rio, com características indígenas e rurais. Ribeirinhos, para Neves (2009), são policultores- agricultores, principalmente, mas também pescadores e extratores de recursos da floresta - que operam em ambiente de várzea, área situada nas margens de rios e lagos que está sujeita a frequentes inundações.

Entende-se com isso, que o modo de vida dos ribeirinhos depende do ciclo da natureza, já que o fenômeno das enchentes e vazantes regulam em grande parte o seu cotidiano. Os ribeirinhos, para Maybury-Lewis (1999), dependem da “terra do trabalho”, para a prática de agricultura, mas também precisam de acesso às “águas do trabalho”, na qual desenvolvem atividades de pesca.

A prática de pesca, segundo o mesmo autor, exerce na atualidade uma diferente influência no modo de vida do homem ribeirinho. Devido a carência do pescado em muitos rios da Amazônia, o trabalhador ribeirinho precisa gastar mais horas do seu dia para conseguir poucas unidades, diferentemente do que ocorria com gerações anteriores. O tempo, portanto, para exercer outras atividades laborais, como extrativismo e agricultura, fica mais restrito (Maybury-Lewis, 1999).

A restrição do tempo faz com que os ribeirinhos sejam, muitas vezes, levados a plantar mais e, na época apropriada, extrair mais recursos da floresta, como no caso das frutas. Nesse sentido, embora o trabalho esteja essencialmente voltado à produção familiar, a comercialização do excedente ocorre com frequência nos grandes centros em períodos de maior demanda (Maybury-Lewis, 1999).

No entanto, a distância em relação aos centros urbanos constitui um aspecto que precisa ser considerado, pois dela depende não somente a comercialização de produtos, mas também o acesso a elementos considerados característicos de culturas urbanizadas. Assim, quanto menos distante dos centros urbanos, mais as comunidades ribeirinhas têm acesso à serviços e produtos referentes à educação, saúde, trabalho, etc.

No caso de maior proximidade com centros urbanizados, a definição tradicional do termo ribeirinho vem sofrendo algumas alterações. Atualmente verifica-se que os ribeirinhos praticam uma gama de atividades econômicas, moram em ambientes rurais e

urbanos, desempenhando um importante papel no desenvolvimento da região (Cleary, 1993; Nugent, 1993; Parker, 1985).

Portanto, apesar de se tratar de um cotidiano que reproduz ações, ditas, tradicionais, os ribeirinhos estão inseridos em um processo de transformação no seu modo de viver. Suas manifestações culturais e sociais se expandem pelo mundo urbano e vice-versa, assimilando algumas práticas e rejeitando outras (Fraxe, Witkoski & Miguez, 2009).

Diante destas concepções, este trabalho objetivou conhecer e descrever os ajustes familiares de ribeirinhos beneficiários do PBF. Para isto, foram elaborados três artigos: O primeiro, intitulado “O Programa Bolsa Família como estratégia de combate à pobreza em dissertações e teses no Brasil”, propõe uma revisão sistemática da literatura, objetivando mapear as dissertações e teses sobre o PBF. O segundo artigo, intitulado “Atividades acadêmicas e a rotina de crianças ribeirinhas participantes do Programa Bolsa Família” objetivou descrever atividades de rotinas referentes à vida acadêmica de crianças ribeirinhas atendidas pelo PBF. Por fim o terceiro, intitulado “Coesão e hierarquia parental na percepção de ribeirinhos beneficiários do Programa Bolsa Família”, apresenta um estudo de caso que objetivou conhecer a percepção de membros familiares beneficiários sobre a coesão e hierarquia parental em um contexto ribeirinho.

CAPÍTULO II

O Programa Bolsa Família como estratégia de combate à pobreza em dissertações e teses no Brasil

Resumo

Esta pesquisa objetivou mapear dissertações e teses sobre o Programa Bolsa Família (PBF) disponíveis no Banco de Teses da Capes. A busca e seleção resultaram em 166 trabalhos entre os anos de 2004-2009. Os resumos foram analisados e categorizados em: 1) Publicação de dissertações e teses por nível acadêmico e ano; 2) Área, palavras-chave e método das dissertações e teses; 3) Enfoque de investigação nas regiões do Brasil; e 4) Conteúdo temático por nível acadêmico. Observou-se que 75,9% das pesquisas eram compostas de dissertações de mestrado acadêmico, sendo um tema de interesse para diversas áreas de conhecimento. A maioria dos trabalhos (81,3%) utilizou o enfoque empírico. O Nordeste foi a região brasileira mais investigada (45,3%). Houve predominância (33,6%) de pesquisas que não apontavam efeitos positivos ou negativos conclusivos do PBF. Conclui-se que não há um consenso na literatura investigada sobre a consolidação do PBF como estratégia de combate à pobreza.

Palavras-chave: desenvolvimento, programa bolsa família, revisão sistemática.

The Bolsa Família Program as a strategy to combat poverty in dissertations and theses in Brazil

Abstract

This research aimed to review dissertations and theses about Bolsa Família Program (BFP) available at Capes theses database. The search and selection resulted in 166 studies between the years 2004-2009. The abstracts were analyzed and categorized into: 1) Publication of dissertations and theses by academic level and year, 2) Field, keywords, and method of dissertations and theses, 3) Focus research in the regions of Brazil, and 4) Thematic content by academic level. It was observed that 75.9% of studies were of academic dissertations, being subject of interest to several fields of knowledge. Most studies (81.3%) used the empirical approach. The Northeast region of Brazil was the most investigated (45.3%). There was predominance (33.6%) of research that did not indicate conclusive positive or negative effects of the BFP. We conclude that there is no consensus in the literature investigated about the consolidation of the BFP as a strategy to combat poverty.

Keywords: development, Bolsa Família Program, systematic review.

O objetivo desta pesquisa é mapear as dissertações e teses sobre o Programa Bolsa Família (PBF) registradas no Banco de Teses, disponível no Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Trata-se de realizar uma caracterização dessa produção científica, apresentando o que tem sido investigado sobre as contribuições do PBF para a redução da pobreza na população brasileira.

Embora possa ser considerado um programa recente, tem sido evidente o interesse científico pela identificação dos seus impactos nas condições de vida das famílias de crianças e adolescentes considerados em situação de vulnerabilidade social. No entanto, a diversidade de informações relativas a este e outros temas revela a necessidade de sínteses organizadoras que facilitem o acesso e a visualização do conhecimento proveniente de múltiplas fontes. Provavelmente, por isso, tem crescido o número de revisões sistemáticas que reúnem, organizam e sintetizam resultados de múltiplos estudos (Cook, Mulrow & Haynes, 1997).

As revisões sistemáticas evidenciam e organizam os produtos, intervenções e informações científicas, tendo como principais características as fontes de busca abrangentes, seleção dos estudos primários sob critérios aplicados uniformemente e avaliação criteriosa da amostra (Lopes & Fracoli, 2008). Neste sentido, teses e dissertações podem se constituir em importante fonte para identificação e comparação dos achados científicos sobre o tema em dada área do conhecimento.

Pesquisas em programas de pós-graduação se mostram relevantes sob vários aspectos, sendo um deles o fato de servirem como material de referência para outros tipos de publicação. De acordo com Canen, Arbache e Franco (2001), grande parte da produção acadêmico-científica representa a fonte inicial para artigos e capítulos de livros, constituindo-se em produção de conhecimento geradora de novas investigações.

Para Campomar (1991), a necessidade da apresentação de dissertação ou tese para a obtenção de um título acadêmico é reconhecida como valiosa em razão de sua finalidade: realizar treinamento de pesquisadores e possibilitar conhecimento novo em determinada área. Para este autor, trabalhos que envolvem pesquisa de campo têm recebido especial incentivo nos últimos anos, sobretudo devido o reduzido número de pesquisas que consigam compreender as transformações que envolvem os mecanismos atuais de gestão das políticas de combate às formas mais graves da pobreza no país.

Os conhecimentos acumulados sobre a sociedade brasileira atual, segundo Reis e Shwartzman (2004), mostram que, embora o crescimento econômico alcançado nos últimos anos tenha colocado de vez o Brasil entre os países com economia aquecida e em alta no cenário internacional, existem milhões de pessoas excluídas de seus benefícios diretos e indiretos, assim como dos serviços oferecidos pelo governo aos cidadãos. Este fato revela a existência de um elevado nível de desigualdade social, expondo uma grande parcela da população à condição de vulnerabilidade.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, metade das famílias brasileiras vivia com menos de R\$ 415 em 2008, o equivalente ao valor de um salário mínimo no mesmo ano. Além disso, a distribuição de renda no país continua bastante desigual, como demonstram os valores do rendimento mediano no Nordeste e no Sudeste: R\$ 250 contra R\$ 500, respectivamente. Assim, verifica-se que entre os menos favorecidos, a desigualdade econômica é resistentemente alta, a pobreza é alarmante, e a escolaridade e o desempenho escolar médios são muito baixos (Kerstenetzky, 2009).

Este elevado índice de pobreza representa um risco para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, já que se trata de um fator que não se traduz apenas na escassez de renda, mas também em insuficiência de desenvolvimento humano. A pobreza, portanto, marca as pessoas e suas relações, sendo considerada uma característica

contextual dos indivíduos, como analisa Bronfenbrenner (1996). Nesses termos, compreender as condições contextuais em que famílias e crianças se desenvolvem passa necessariamente pelo conhecimento das demandas dos que vivem em condições de pobreza.

Tal pressuposto permeia recentes estudos em desenvolvimento humano, onde, na perspectiva de Bronfenbrenner, o indivíduo e seu contexto são vistos de forma indissociável (Cecconello & Koller, 2003; Siqueira & Dell’aglio, 2007; Barreto, Bucher-Maluschke, Almeida & Desouza, 2009). Nesse sentido, o contexto interfere no desenvolvimento, na medida em que as particularidades da pessoa e do ambiente interagem reciprocamente, produzindo constância e mudança nas características da pessoa e no curso de sua vida (Bronfenbrenner, 1996).

O ambiente mais imediato, denominado de microsistema é constituído por papéis, atividades e relações face a face que são estabelecidas pela pessoa em desenvolvimento ao longo do tempo. Este ambiente também estabelece uma interação dinâmica e recíproca com contextos mais remotos, como é o caso do macrosistema, um contexto mais abrangente por envolver os sistemas de valores e crenças que se mantêm consistentes nos diferentes ambientes que são vivenciados e assimilados no decorrer do processo de desenvolvimento.

O macrosistema, segundo Barreto e cols. (2009), tem como alguns representantes as macroinstituições, como os Governos Federal, Estadual e Municipal, que exercem influência preponderante na pessoa, interferindo nas interações de todos os níveis ambientais e setores da vida social (trabalho, habitação, assistência social, entre outros). Suas políticas públicas refletem nos padrões reais e potenciais das inter-relações das pessoas e na organização da sociedade.

Pode-se considerar, nesse sentido, que os programas de transferência de renda, em especial o Programa Bolsa Família, representam ações do macrossistema geradoras de mudanças imediatas e de longo prazo nos grupos familiares e no desenvolvimento de crianças e adolescentes. O impacto na família ocorre quando os pais são incentivados pelo PBF a exercerem funções vitais que garantam o desenvolvimento dos filhos, como o acesso a saúde e a educação.

Assim, o governo federal lança mão do Programa Bolsa Família como estratégia de redução dos índices de pobreza que interferem no desenvolvimento nacional. Dentre seus objetivos, segundo informações da Caixa Econômica Federal (2011), destaca-se: combater a fome, combater a pobreza e outras formas de privação das famílias; promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, saúde, educação, segurança alimentar e assistência social; e criar possibilidades de emancipação sustentada dos grupos familiares.

Ao ser criado pelo Decreto nº 5.209 que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, o PBF se instituiu da unificação de programas sociais pré-existent: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás e Cartão Alimentação. Sua estrutura se destaca especialmente em dois eixos: transferência de renda, a fim de promover o alívio imediato da pobreza; e condicionalidades, que reforçam o acesso a direitos sociais básicos na tentativa de romper o ciclo intergeracional da pobreza.

São elegíveis ao PBF as famílias que se encontram em situação de extrema pobreza ou situação de pobreza. O benefício cedido pode ser do tipo básico e variável. Além disso, famílias que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos frequentando a escola recebem o benefício variável vinculado ao adolescente (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010).

Em contrapartida, o pagamento dos benefícios depende do cumprimento das condicionalidades, compromissos assumidos tanto pelas famílias beneficiárias do PBF quanto pelo Poder Público para ampliar o acesso aos direitos sociais básicos. Nesse sentido, tais exigências são válidas para as diferentes ações que compreendem o PBF, como as referentes à saúde, educação e assistência social.

Na área de saúde, as famílias beneficiárias assumem o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação, o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos também precisam fazer o acompanhamento e, se gestantes ou nutrizes, devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê.

Na educação, todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos necessitam estar matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os adolescentes entre 16 e 17 anos, também regularmente matriculados, devem ter frequência escolar de 75%, no mínimo.

Na área de assistência social, crianças e adolescentes com até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), precisam participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e obter frequência escolar mínima de 85% da carga horária mensal.

Segundo a legislação e os documentos oficiais do Programa, as condicionalidades se justificam pela possibilidade de acesso e inserção da população pobre nos serviços sociais básicos, contribuindo para a independência das famílias beneficiárias. No entanto, sua imposição por parte do Poder Público tem sido muito criticada. Vários autores defendem que a um direito não se deve impor contrapartidas ou exigências, uma vez que a condição de pessoa deve ser o requisito único para a titularidade de direitos (Burlandy, Monnerat, Schottz & Magalhães, 2007; Kerstenetzky,

2009; Zimmermann, 2006). Outros afirmam que as condicionalidades exigem das famílias algo que já é determinado legalmente, portanto não há intrusividade na vida privada para além do que já determina a lei (Medeiros, Britto & Soares, 2007).

É importante destacar que o PBF como estratégia do governo federal de combater a pobreza envolve três dimensões fundamentais (Pires, 2008): transferir renda diretamente aos mais pobres; fortalecer o direito de acesso das famílias pobres aos serviços de educação e saúde; promover a integração entre o Bolsa Família e as outras políticas públicas, seja no nível federal, estadual e municipal. Estas dimensões possuem alcance diferenciado no tempo, sendo a primeira de curto, a segunda de médio e a terceira de longo prazo.

Em suma, o Programa Bolsa Família beneficia a unidade familiar por meio de metas que vão além do combate à pobreza, já que demandam mudanças micro sistêmicas que repercutem no desenvolvimento de crianças e adolescentes, como nos aspectos físicos, cognitivos e sócio-afetivos. Embora seja um programa recente, entende-se que a revisão sistemática da literatura sobre o tema tem muito a contribuir nesse debate que é nacional, mas incorpora necessariamente cenários regionais. Este artigo pretende, assim, mapear dissertações e teses sobre o Programa Bolsa Família disponíveis no Banco de Teses da Capes. Com isso, busca-se verificar o perfil da produção científica sobre o programa e indicar como tais estudos vem reconhecendo e interpretando os impactos na população beneficiária.

Método

A pesquisa procedeu à caracterização dos resumos das dissertações e teses publicadas no Banco de Teses da Capes. Esta fonte de dados é integrante do Portal de

Periódicos, uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a produção científica nacional e internacional a instituições de ensino e pesquisa no Brasil.

Procedimentos de busca e análise das dissertações e teses.

A busca no banco de teses da Capes ocorreu através do termo “Bolsa Família”. Além das pesquisas de doutorado, foram selecionados trabalhos de dois tipos de mestrado – acadêmico e profissionalizante, no período de 2004 a 2009, que corresponde à fase de implantação do Programa Bolsa Família. Ao todo, foram localizados 166 títulos, após a exclusão de um registro duplicado.

A análise dos títulos e resumos das dissertações e teses foi feita por três juízes separadamente, ficando os dados alocados em quatro categorias abrangentes, baseadas em Oliveira, Siqueira, Dell’aglio e Lopes (2008): 1) Publicação de dissertações e teses por nível acadêmico e ano; 2) Área, palavras-chave e método das dissertações e teses; 3) Enfoque de investigação nas regiões do Brasil; e 4) Conteúdo temático por nível acadêmico.

Resultados e Discussões

1) Publicação de dissertações e teses por nível acadêmico e ano

Esta categoria refere-se ao levantamento de publicações por nível acadêmico e ano. Dentre os 166 registros, verificou-se que 75,9% eram compostas de dissertações de mestrado acadêmico, tendo os níveis de doutorado e mestrado profissionalizante menor representatividade, com 9,0% e 15,1%, respectivamente. O primeiro trabalho foi publicado em 2004 em nível de Mestrado Acadêmico. Pesquisas em nível de doutorado foram publicadas a partir de 2005, enquanto que as de mestrado profissionalizante foram encontradas a partir de 2007 (Figura 1).

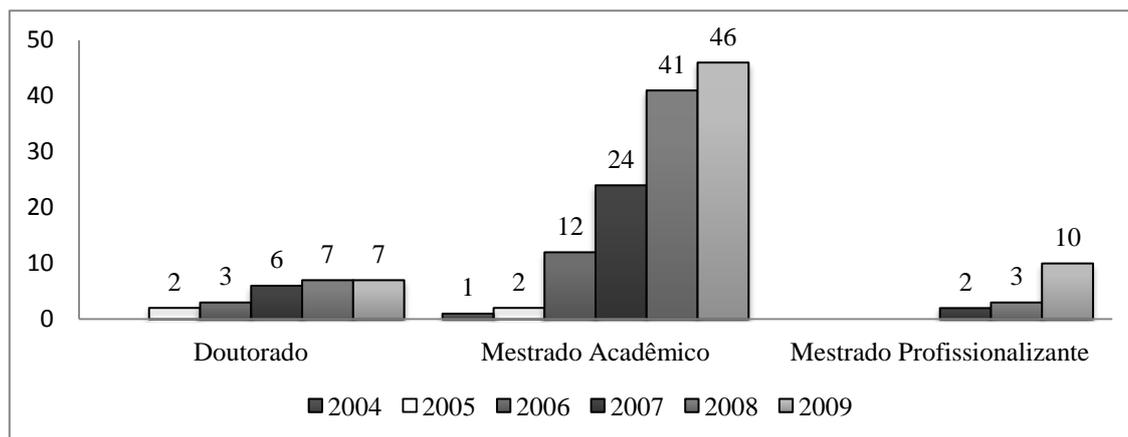


Figura 1: Publicação de dissertações e teses por nível acadêmico e ano

Em todos os níveis acadêmicos verificou-se a tendência de crescimento em número de estudos sobre o tema, com destaque para os anos de 2007 e 2008. Vale ressaltar que, este período, corresponde ao início do segundo mandato do presidente Lula, cujo Plano de Governo (2007-2010) estabelece a manutenção do Bolsa Família como primeira frente de combate à fome, à pobreza e enfrentamento da desigualdade social.

Coerentemente com os achados deste estudo, Ferreira (2010) indica que um maior adensamento de trabalhos sobre o Programa Bolsa Família ocorreu nos anos de 2007 e 2008. Para a autora, tal resultado está associado ao clima político criado em torno do encerramento do primeiro mandato do Governo Lula e as disputas eleitorais de 2006. Complementarmente, de acordo com Lourenço (2006), este período refletia conquistas bastante expressivas alcançadas nos anos recentes como a desinflação, o equilíbrio nas contas externas, além do ambiente externo adequado, delineando um fortalecimento da estabilidade econômica.

2) Área, palavras-chave e método das dissertações e teses

Esta categoria diz respeito ao levantamento da produção de acordo com a área de conhecimento, palavras-chave e aspectos do método, a saber: natureza da pesquisa,

forma de abordagem do problema, procedimentos técnicos da pesquisa e aspectos gerais dos participantes. De acordo com a tabela 1, diversas áreas de conhecimento estão engajadas em pesquisas sobre o Programa Bolsa Família, dentre as que prevaleceram, Serviço Social e Economia tiveram maior destaque (21,3%), enquanto que Direito (4,1%) e Psicologia Social (2,5%) foram menos representativos.

Tabela 1
Pesquisas publicadas por área de conhecimento

Área de conhecimento	Pesquisas Publicadas	%
Serviço Social	26	21,3
Economia	26	21,3
Nutrição e Saúde	19	15,6
Política Social	16	13,1
Educação	12	9,8
Administração	8	6,6
Sociologia	7	5,7
Direito	5	4,1
Psicologia Social	3	2,5
Total	122	100

A diversidade de áreas de conhecimento engajadas no estudo do PBF é bastante benéfica para todos os agentes envolvidos, em especial beneficiários e gestores. Tal benefício se justifica no fato de haver a construção de um corpo de conhecimento multidisciplinar, abrangendo aspectos sociais, econômicos e políticos da gestão do programa.

Em relação às palavras-chave, observou-se que a mais recorrente, *Bolsa Família*, foi acompanhada de termos diversos, sendo os mais frequentes Política Social, Política Pública e Pobreza. Uma síntese dos termos verificados pode ser visualizada na Figura 2, cuja apresentação está subdividida pelas áreas de conhecimento correspondentes às

condicionalidades do programa, isto é, Serviço Social, Direito, Economia, Educação e Saúde.



Figura 2. Exemplos de palavras chaves por área de conhecimento.

Considerando a área de Serviço Social, pode-se citar como exemplos de palavras chaves: *Descentralização, Política Social e Reprodução Social*. Na área de Direito: *Justiça Social, Políticas Públicas e Cidadania*. Na área de Economia: *Economia da Família, Distribuição de Renda e Desigualdade Social*. Na área da Saúde: *Segurança Alimentar, Fome e Direitos Nutricionais*. Na área de Educação: *Rendimento Escolar, Ações Sócio-Educativas e Programas Educacionais*.

Por se tratar de um Programa que enseja pesquisas em diversas áreas do conhecimento e visando a produtividade na busca de informações, alerta-se para que uma palavra-chave torne-se um descritor integrante de índices nacionais e internacionais. Desta forma o termo passa por um rígido controle de sinônimos,

significado e importância na árvore de um determinado assunto, melhorando a condução e eficiência das buscas (Brandaul, Monteiro & Braile, 2005).

Quanto à natureza da pesquisa, a maioria dos trabalhos (81,3%) apresentou um enfoque empírico. Mas também verificou-se, em menor escala, a presença de obras teórico-empíricas (0,6%) e as exclusivamente teóricas (3,6%). Em cerca de 14,5% dos trabalhos não foi possível identificar, nos resumos, a natureza da pesquisa. Em 51,8% dos trabalhos empíricos consultados foi identificada a forma de abordagem do problema, com predominância da abordagem qualitativa (22,9%). Os outros dois tipos de abordagens analisadas, quantitativo e quanti-qualitativo, obtiveram frequências semelhantes, com 14,8% e 14,1%, respectivamente.

Em se tratando de um programa focalizado na população mais vulnerável socialmente, a predominância de pesquisas com abordagem qualitativa pode estar indicando uma preocupação por parte dos pesquisadores em conhecer mais profundamente dados que a pesquisa quantitativa não alcança. Apesar desse esforço, vários autores observam que os estudos qualitativos têm produzido pouco impacto na prática, com sua subutilização na formulação de políticas públicas (Matheus, 2009; Thorne, Jensen, Kearney, Noblit, & Sandelowski, 2004).

Quanto aos procedimentos técnicos da pesquisa, somente em 27,1% das obras os divulgaram nos resumos, sendo possível classificá-los em Documental (57,9%), Estudo de Caso (26,5%) e Bibliográfica (15,6%). Foi frequente, porém, a identificação de pesquisas que combinaram tais procedimentos, de acordo com os objetivos a que se propõem. No que se refere aos participantes, as pesquisas evidenciaram características diversas, prevalecendo as que foram classificadas a partir de cinco grupos: família, gestores, mulheres, documentos oficiais e beneficiários do Programa Bolsa Família.

Este último envolvia exclusivamente crianças, adolescentes ou homens adultos (Figura 3).

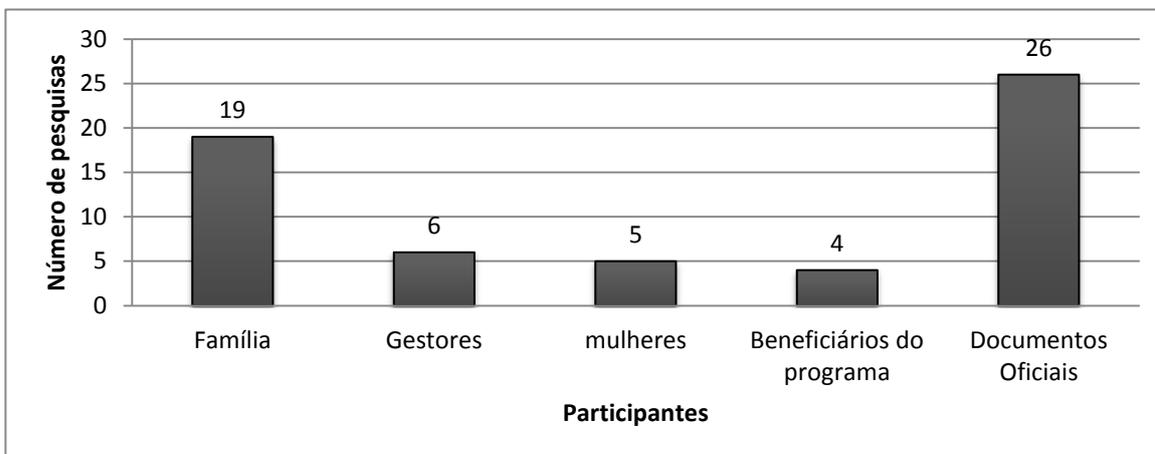


Figura 3. Levantamento de pesquisas por participantes. (n=166).

Dentre os trabalhos que mencionaram a amostra, a Figura 3 ilustra a prevalência de documentos oficiais, compostos, principalmente, por dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Ministério do desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Em alguns casos, os trabalhos divulgados por estas fontes se reportavam ao universo empírico das famílias e também de beneficiários do PBF, enquanto que, em outros, os dados coletados foram tratados e submetidos a testes estatísticos permitindo conclusões mais consistentes do ponto de vista científico.

A elevada frequência do uso de documentos oficiais como fonte de dados provavelmente deve-se ao fato dos primeiros estudos sobre o PBF e seu impacto sobre a condição de vida dos brasileiros terem sido realizados pelo próprio governo, como mecanismos de avaliação das políticas públicas pelas agências estatais. Depois a academia foi chamada a dar conta dessa realidade que é relativamente nova. Vale ressaltar que a eleição de documentos nem sempre ocorreu de forma exclusiva, estando associada a outros tipos de participantes, como as famílias. A emancipação das famílias

beneficiárias é um dos objetivos do Programa Bolsa Família. Esta pode ser a razão do grande interesse das pesquisas também adotarem majoritariamente este microssistema como contexto de pesquisa.

3) Enfoque de investigação nas regiões do Brasil

Esta categoria refere-se ao foco de investigação elucidado nos objetivos dos resumos empíricos analisados, considerando as particularidades regionais brasileiras. Objetivou-se, com esta análise, verificar quais os alvos de investimento do Programa Bolsa Família foram pesquisados nas diferentes regiões.

No Nordeste, foram realizados 45,3% trabalhos, sendo a região mais investigada dentre a amostra deste estudo. Quanto aos enfoques de investigação pode-se citar, entre outros, trabalho infantil, qualidade de vida, emprego, renda, cidadania, segurança alimentar e redução da evasão escolar. O estado do Ceará foi o mais pesquisado, com 12 publicações. O interesse científico por esta região talvez se deva ao fato do Nordeste deter o maior número de famílias consideradas de baixa renda no país, tanto que, em 2008, isso representava cerca de 42,2% dos seus habitantes vivendo em condições de pobreza (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2007).

Na região Sudeste foram realizadas 27,9% das pesquisas, com destaque para os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro com 11 e 10 trabalhos, respectivamente. Como exemplo de alvos de pesquisa nesta região pode-se citar: promoção à saúde, cidadania, antropometria (permite avaliar o estado nutricional de um indivíduo), desenvolvimento, inclusão social e condicionalidades de saúde.

A região Sul foi analisada em 15,1% das pesquisas, cujo enfoque envolvia, entre outros, rendimento escolar, condicionalidades e desenvolvimento econômico e social. A região Norte foi contemplada com 7,0% das pesquisas, tendo como principais alvos de

investigação o emprego, a renda e a educação. A região Centro-Oeste, por sua vez, abarcou 4,6% das pesquisas, o menor percentual entre a amostra selecionada. Os principais enfoques foram renda e desempenho educacional.

Apesar das pesquisas estarem voltadas a aspectos comuns, como renda e cidadania, observa-se que a noção de pobreza se diferencia e assume contornos particulares em cada região. Segundo Rocha (2006), em um país de diferenças regionais tão marcantes como o Brasil, a simples utilização do salário mínimo como parâmetro para definir a linha de pobreza não retrata a realidade, porque são ignoradas outras diferenças importantes para o desenvolvimento como a urbano-rural de custo de vida para os pobres. Daí a importância de pesquisas deste tipo continuarem sendo desenvolvidas, conhecendo os alcances do Programa Bolsa Família em meio às particularidades contextuais.

4) Conteúdo temático por nível acadêmico

Refere-se ao conteúdo temático abordado nos resumos das dissertações e teses empíricas. O foco desta análise está nos resultados das pesquisas, sendo classificados em cinco eixos, baseados em Oliveira, Siqueira, Dell'aglio & Lopes (2008): a) Mudanças e consequências negativas; b) Mudanças e consequências positivas; c) Sem mudanças e consequências significativas; d) Discussão das mudanças e consequências significativas; e e) Consequências positivas com ressalvas negativas.

a) Mudanças e consequências negativas: Correspondem aos trabalhos que apontaram os prejuízos e as desvantagens relacionadas ao Programa Bolsa Família, questionando sua função de combate à pobreza. Por exemplo, o desconhecimento por parte dos gestores dos procedimentos de execução do Programa Bolsa Família (Freitag, 2007); fragilidade e precariedade no acesso à rede de serviços voltados à saúde,

educação e assistência social (Santana, 2009); e insatisfação dos usuários quanto aos serviços (Ribeiro, 2007).

b) Mudanças e consequências positivas: Diz respeito aos resumos que destacaram as oportunidades e contribuições do Programa Bolsa Família para os beneficiários. Como exemplo, cita-se a melhora das condições de vida (Reis, 2009); crescimento econômico (Vieira, 2009); e fator na proteção contra a anemia e desnutrição (Oliveira, 2009).

c) Sem mudanças e consequências significativas: refere-se aos resumos que relatam não haver diferenciação ou impactos do Programa sobre a amostra pesquisada. Por exemplo: não há impacto do PBF no rendimento escolar (Alves, 2008); não há diferença na probabilidade de participação no mercado de trabalho (Maciel, 2008); e ausência de impacto do programa sobre a fecundidade (procriação) dos beneficiários (Rocha, 2009).

d) Discussão das mudanças e consequências significativas: inclui trabalhos que não apresentam a direção positiva ou negativa do Programa Bolsa Família, não apresentando, portanto, resultados conclusivos. Por exemplo, a decisão da família de inserir suas crianças no mercado de trabalho (Teixeira, 2009); as relações de ocupação e renda no espaço rural (Leite, 2007); e pobreza e a exclusão social sendo enfrentadas mediante um conjunto de medidas articuladas (Carneiro, 2008).

e) Consequências positivas com ressalvas negativas: abrangem pesquisas que apontam vantagens do Programa Bolsa Família, ao mesmo tempo que apresentam dificuldades e impedimentos que limitam os benefícios. Por exemplo, os avanços no cumprimento das condicionalidades vis-à-vis a fragilidade e precariedade no acesso à rede de serviços saúde, educação e assistência social (Santana, 2009); o Bolsa Família é visto como ineficiente, mas desempenha um papel de mitigar os efeitos perversos da mecanização agrícola (Oliveira, 2008); significativa permanência na escola por parte

dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família, embora os níveis de frequência ainda permaneçam baixos (Corrêa, 2008).

A tabela 2 mostra a frequência e percentuais do conteúdo temático por nível acadêmico, evidenciando uma predominância (33,6%) de pesquisas que não apontavam efeitos positivos ou negativos conclusivos do Programa Bolsa Família. Há um valor aproximado entre as pesquisas que tiveram como resultados consequências negativas, positivas e consequências positivas com ressalvas negativas (19,5%, 20,4% e 19,5%, respectivamente). O menor percentual (7,1%) esteve relacionado aos conteúdos sem mudanças e consequências significativas.

Tabela 2
Frequência e percentuais do conteúdo temático por nível acadêmico

	Mestrado Acadêmico		Doutorado		Mestrado Profissionalizante		Total	
	f	%	f	%	F	%	f	%
-Consequências negativas	17	19,3	3	17,6	2	25	22	19,5
-Consequências positivas	16	18,2	4	23,5	3	37,5	23	20,4
-Sem mudanças e consequências significativas	6	6,8	2	11,8	0	0	8	7,1
-Discussão das mudanças e consequências significativas	28	31,8	7	41,1	3	37,5	38	33,6
-Consequências positivas com ressalvas negativas	21	23,9	1	5,9	0	0	22	19,5
Total	88	100	17	100	8	100	113	100

A análise dos conteúdos temáticos por nível demonstra que, no mestrado acadêmico e no doutorado, os trabalhos apresentaram predominantemente conteúdo de discussão das mudanças e consequências significativas (31,8% e 41,1%, respectivamente). Os trabalhos de mestrado profissionalizante evidenciaram a mesma

proporção (37,5%) entre os conteúdos com consequências positivas e os de discussão das mudanças e consequências significativas.

Ao investigar os conteúdos dos trabalhos observou-se que não há um consenso na literatura sobre as contribuições do Programa Bolsa Família no combate à pobreza. O que predomina é uma intensa discussão a respeito do tema, apontando uma diversidade de resultados inconclusivos. Talvez devido ao curto período de implementação, ainda esteja cedo para avaliar impactos e consequências significativas na população brasileira.

Diversos pesquisadores, no entanto, possuem o consenso de que as estratégias de combate à pobreza consideradas de curto prazo foram alcançadas (Soares, Ribas & Osório, 2007; Soares, Soares, Medeiros & Osório, 2006). Segundo estes autores, o valor monetário pago pelo programa contribuiu de maneira substantiva para a queda da desigualdade e da redução da pobreza no país nos últimos anos, fazendo com que milhões de pessoas pudessem ter rendimentos mínimos que permitissem a elas garantir a sua sobrevivência. Por outro lado, as estratégias de médio e longo prazo merecem reflexões mais apuradas (Pires, 2008), o que talvez esteja, entre outros, na dependência do fator tempo para que haja um consenso sobre as contribuições do PBF no combate à pobreza.

Considerações finais

O levantamento das dissertações e teses sobre o Programa Bolsa Família permitiu traçar um panorama das principais características das pesquisas realizadas sobre o tema no Banco de Teses da Capes. Além disso, foi possível verificar o que as publicações trazem a respeito da consolidação do programa como estratégia de combate à pobreza.

Percebeu-se que desde a sua implementação, o Programa Bolsa Família tem sido alvo de crescente interesse por parte dos pesquisadores. Os anos de 2007 e 2008 foi o período de maior condensamento de pesquisas, com prevalência das realizadas em nível de mestrado acadêmico. O envolvimento de diversas áreas de conhecimento foi evidenciado, revelando que a simples investigação do aumento de renda familiar não se esgota no conhecimento de um programa que se propõe movimentar a economia e trabalhar na perspectiva da redução dos índices de miséria e indigência.

Talvez por envolver muitas áreas de conhecimento, os resumos das dissertações e teses submetidas à caracterização evidenciaram diferenças de critérios metodológicos adotados, dificultando o processo de sistematização desta revisão. A diversidade de normas e o baixo rigor metodológico identificado nos resumos dos estudos também interferiram negativamente neste processo.

Quanto à análise do método científico, verificou-se que a maioria das pesquisas investigadas foi conduzida sob o enfoque empírico, adotando especialmente a abordagem qualitativa. Os documentos oficiais e as famílias foram as principais amostras encontradas. Quanto ao foco de investigação nas regiões do Brasil, verificou-se que o Nordeste foi a região que mais motivou pesquisas, cujos alvos de investigação envolviam, dentre outros, o emprego, a renda e cidadania.

Em relação ao conteúdo temático das publicações houve a predominância de pesquisas que não apontavam efeitos positivos ou negativos conclusivos à respeito das contribuições do Programa Bolsa Família no combate à pobreza. Há, no entanto, um esforço por parte dos pesquisadores no sentido de refletir e aprofundar a discussão sobre o tema.

De fato, as estratégias de combate à pobreza consideradas de curto prazo, que correspondem à transferência direta de renda aos mais pobres, foram indubitavelmente

alcançadas. Porém as estratégias de médio e longo prazos necessitam ser aprofundadas, como àquelas referentes ao fortalecimento do direito de acesso das famílias pobres aos serviços de educação e saúde, além daquelas que promovem a integração entre o Bolsa Família e as outras políticas públicas. Com estas e outras possibilidades de investigação consolidadas talvez seja possível afirmar com precisão se o PBF tem atuado eficazmente no combate a pobreza no Brasil.

Assim, ao mapear dissertações e teses sobre o Programa Bolsa Família, esta pesquisa buscou contribuir com o processo construtivo de conhecimento das diversas áreas que tomam este programa como objeto de estudo. Sugere-se mapear outras bases de dados e revistas, para que o conhecimento da produção científica tenha um avanço, servindo de possível suporte para o aperfeiçoamento das estratégias de investigação e ação.

Referências

- Alves, E. O. (2008). *Programa bolsa família: uma avaliação do impacto no rendimento escolar das crianças de famílias beneficiadas pelo Programa*. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Universidade Federal da Paraíba-UFPB, João Pessoa.
- Barreto, A. C., Bucher-Maluschke, J. S. N. F., Almeida, P. C., & deSouza, E. (2009). Desenvolvimento humano e violência de gênero: uma integração bioecológica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22, 86-92.
- Brandaul, R., Monteiro, R., & Braile, D. M. (2005). Importância do uso correto dos descritores nos artigos científicos. *Revista brasileira de cirurgia cardiovascular*, 20.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Burlandy, M. C. M. S., Monnerat, G. L., Schottz, V., & Magalhães, R. (2007). Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira. *Revista Katáysis*, 10 (1), 86-94.
- Caixa Econômica Federal. (2011). Disponível em http://www.caixa.gov.br/voce/social/transferencia/bolsa_familia/index.asp. Acesso em 23/05/2011.
- Campomar, M. C. (1995). Do uso de “estudo de caso” em pesquisa para dissertações e teses em Administração. *Revista de Administração*, 26 (3), 95-97.
- Canen, A., Arbache, A. P., & Franco, M. (2001). Pesquisando multiculturalismo e educação: o que dizem as dissertações e teses. *Educação & Realidade*, 26 (1), 161-181.
- Carneiro, M. P. A. K. B. (2008). *A Percepção das Mulheres Beneficiárias sobre a Implementação do Programa Bolsa Família em Viçosa-MG.*. Dissertação de Mestrado em Economia Doméstica. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.
- Cecconello, A. M., & Koller, S. H. M. (2003). Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 16 (3).
- Cook, D. J., Mulrow C. D., & Haynes, R. B. (1997). Systematic reviews: synthesis of best evidence for clinical decisions. *Annals of Internal Medicine*, 126 (5), 376-380.

- Corrêa, J. S. O. (2008). *Programa Bolsa Família como Alternativa de Inclusão e Permanência na Escola*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.
- Ferreira, N. V. T. (2010). *Programa Bolsa Família: o velho com novas roupagens*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.
- Freitag, A. (2007). *O Programa "Fome Zero" na Região das Missões: a política social de combate à pobreza pela redistribuição de renda*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.
- Kerstenetzky, C. L. (2009). Redistribuição e Desenvolvimento? A Economia Política do Programa Bolsa Família. *DADOS*, 52 (1), 53-83.
- Leite, A. M. A. (2007). *As tecnologias e suas interfaces no campo com estratégia de controle do capital*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.
- Lopes, A. L. M., & Fracolli, L. A. (2008). Revisão sistemática de literatura e metassíntese qualitativa: considerações sobre sua aplicação na pesquisa em enfermagem. *Texto & Contexto Enfermagem*, 17 (4), 771-778.
- Lourenço, G. M. (2006). A orientação econômica no segundo mandato. *Análise Conjuntural*, 28 (11-12).
- Maciel, M. C. (2008). *A Divisão do trabalho doméstico e a Oferta de Trabalho dos Casais no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Matheus, M. C. C. (2009). Metassíntese qualitativa: desenvolvimento e contribuições para a prática baseada em evidências. *Acta Paulista de Enfermagem*. 22, 543-545.
- Medeiros, M., Britto, T., & Soares, F. (2007). Programas focalizados de transferência de renda no Brasil: contribuições para o debate. Brasília. (Texto para discussão, 1283).
- Ministério Do Desenvolvimento Social e Combate à Fome [MDS]. (2010). Disponível em www.fomezero.gov.br/noticias/arquivos/perfil_pbf_2009.ppt/download. Acesso em 07/05/2010.
- Oliveira, D., Siqueira, A. C., Dell'aglio, D. D., & Lopes, R. C. S. (2008). Impacto das Configurações Familiares no Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes: Uma revisão da produção científica. *Interação em Psicologia*. 12 (1), 87-98.
- Oliveira, D. C. (2008). *Elite do Agronegócio em Unai: Percepções sobre Pobreza e Desigualdades Sociais*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

- Oliveira, F. C. C. (2009). *Estado Nutricional de Crianças Cadastradas no Programa Bolsa Família do Município de Paula Cândido, MG: ênfase em déficit estatural e anemia ferropriva*. Dissertação de Mestrado em Nutrição. Universidade Federal De Viçosa, Viçosa.
- Pires, A. (2008). Bolsa Família e políticas públicas universalizantes: o caso de um município paulista. *Caderno de Pesquisa*, 38 (134).
- Plano De Governo 2007/2010. Lula Presidente. Disponível em <http://www.pt.org.br/portaltpt/download.php.file=dados/bancoimg/c091003193431plano-governo.pdf>. Acesso em: 09/03/2010.
- Reis, A. C. E. (2009). *Bolsa Família: uma análise dos resultados sob a óptica educacional*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho, Marília.
- Reis, E. & Shwartzman, S. (2004). Pobreza e Exclusão Social: Aspectos Sócio-Políticos. In: *As Causas da Pobreza Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora da FGV.
- Ribeiro, E. A. (2007). *Significados da Pobreza, Assistência Social e Cidadania: reflexões a partir da fala dos usuários do projeto de criação de galinha caipira em Redenção-CE*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza.
- Rocha, R. C. B. (2009). *Três Ensaios em Avaliação de Intervenções Sociais com Foco Comunitário e Familiar*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Rocha, S. (2006). *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Santana, C. S. (2009). *Programa Bolsa Família em Duque de Caxias / RJ: desafios do processo de implementação*. Dissertação de Mestrado. Fundação Oswaldo Cruz, Manguinhos.
- Siqueira, A. C., & Dell'aglio, D. D. (2007). Retornando à família de origem: Fatores de risco e proteção no processo de reinserção familiar de uma adolescente institucionalizada. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 17 (2), 134-146.
- Soares, F. V., Soares, S., Medeiros M., Osório, R. G. (2006). Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade. Rio de Janeiro:

- Ipea. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1228.pdf. Acesso em: 14/08/2010.
- Soares, F. V.; Ribas, R. P.; Osório, R. G. (2007). Evaluating the impact of Brazil's Bolsa Família: cash transfer programmes in comparative perspective. PNUD, International Poverty Center. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/pub/IPCEvaluationNote1.pdf>. Acesso em: 26/10/2010.
- Teixeira, A. C. M. (2009). *O impacto do Programa bolsa família sobre o trabalho infantil na região Nordeste do Brasil*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- Thorne, S., Jensen, L., Kearney, M. H., Noblit, G., Sandelowski, M. (2004). Qualitative methasynthesis: reflections on methodological orientation and ideological agenda. *Qualitative Health Research*, 14(10), 1342-1365.
- Vieira, E. A. (2009). *Desigualdade e Pobreza em Perspectiva: Caso de Mato Grosso*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal De Mato Grosso, Cuiabá.
- Zimmermann, C. R. (2006). Os programas sociais sob a ótica dos Direitos humanos: o caso do Bolsa Família do Governo Lula no Brasil. *Revista internacional de direitos humanos*, 4 (3).

CAPÍTULO III

Atividades acadêmicas na rotina de crianças ribeirinhas participantes do Programa Bolsa Família

Resumo

Esta pesquisa objetivou classificar as atividades de ir para a escola, fazer o dever de casa e leitura na rotina de crianças beneficiárias do Programa Bolsa Família, residentes de uma ilha na Amazônia. Os participantes foram 30 crianças: 16 do sexo feminino e 14 do sexo masculino. Foram utilizados os Inventários Sociodemográfico e o de Rotina. Os principais resultados mostram que, em dias de semana, a atividade de ir para a escola ocupa 16% de um dia, o dever de casa atinge 3%, não havendo dedicação à leitura fora do ambiente escolar. No fim de semana, as crianças não realizam dever de casa ou leituras. A participação dos pais na rotina dos filhos é restrita, ficando as crianças 44% do seu dia realizando tarefas de rotina sozinhas. Ações específicas de envolvimento e capacitação das famílias ribeirinhas são necessárias de forma que possam incluir mais atividades acadêmicas na rotina das crianças.

Palavras-chave: atividades acadêmicas; bolsa família; crianças ribeirinhas; desenvolvimento; rotina.

Abstract

This research aimed to classify the activities of going to school, doing homework and reading in the routine of Amazon riverine children who participate in Bolsa Família Program. There were 30 participants: 16 females and 14 males. The instruments used were Sociodemographic Inventory and Routine Inventory. The main results about the weekdays showed the activity of going to school takes 16% of a day, homework reaches 3%, with no commitment to reading activities outside of school. Over the weekend children do not do homework or reading activities. Parental involvement in children's routine is limited so they spend 44% of the daytime doing their routine tasks alone. Specific actions for involving and training riverine families are necessary so they can include more academic activities in their children's routine.

Keywords: academic activities; bolsa família; riverine children; development; routine.

Este artigo objetiva descrever as rotinas referentes à vida acadêmica de crianças atendidas pelo Programa Bolsa Família (PBF) em um ambiente ribeirinho amazônico. Nessas, estão incluídas as atividades de ir para a escola, fazer o dever de casa e realizar leituras na rotina dos dias de semana e fim de semana, tarefas fundamentais não apenas para fins acadêmicos, mas também desenvolvimentais.

O desenvolvimento humano dá-se em contextos específicos, caracterizados por sistemas de crenças e práticas compartilhadas, além do ambiente físico e social (Harkness & Super, 1996). Essas práticas traduzem-se em rotinas diversas no cotidiano de indivíduos e suas famílias, de forma que a análise de rotinas permite identificar características do contexto em que as crianças estão inseridas e suas oportunidades de desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1996; Silva et al., 2010)

Rotinas familiares, segundo Fiese et al. (2002), são padrões de interação que estão submersos nos contextos ecológicos e culturais da família. Podem abranger a vida diária e semanal das crianças, sendo também compreendidas como comportamentos observáveis, repetitivos, com o envolvimento de dois ou mais membros, estando sujeitos a previsibilidade ao longo da vida familiar (Boyse, Jensen, James & Peacock, 1983).

Ao prover ordem e estruturação para o cotidiano, as rotinas favorecem o sentimento de estabilidade, coesão e satisfação com a vida familiar, além de atenuar o impacto de experiências estressantes (Jensen, James, Boyce & Hartnett, 1983). Nesse sentido, as rotinas estão relacionadas à organização e fortalecimento do grupo familiar e influenciam todos os seus membros.

Além desses efeitos relativos ao bem estar subjetivo dos membros da família, há evidências de que as rotinas contribuem para um melhor desempenho acadêmico, redução de ausência na escola e melhor relacionamento com os colegas e membros da

família em idade escolar (Guidubaldi, Cleminshaw, Perry, Nastasi & Lightel, 1986). Há também indicações de que rompimentos na rotina familiar estão associados a prejuízos no funcionamento acadêmico e socioemocional das crianças (McLoyd, Toyokawa & Kaplan, 2008; Taylor & Lopez, 2005).

De fato, práticas rotineiras podem ser determinantes para o sucesso acadêmico. Dentre elas, a frequência à escola se destaca como uma atividade fundamental para o desenvolvimento, pois além de promover a construção do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades sociais e cognitivas, protege crianças e adolescentes da exposição a situações de risco e vulnerabilidade (Marques, 2001). Desta forma, o acesso, permanência e sucesso no sistema educacional é um antídoto à marginalização social que, por sua vez, pode resultar em mendicância, trabalho precoce, prostituição e delinquência (Machado & Machado, 2008).

Apesar destes benefícios, estudos na área (Bueno & Garcia, 1996; Chechia & Andrade, 2005; Lippitz & Levering, 2002) têm mostrado que ir para a escola não é suficiente, havendo a necessidade de se ter continuidade das atividades escolares no contexto familiar. Para os mesmos autores, desta extensão dependem o sucesso ou insucesso escolar e o fortalecimento do conhecimento e seu significado para a criança. Embora escola e família tenham objetivos, conteúdos e métodos de educação diferenciados, precisam utilizar estratégias que se apoiem mutuamente (Leite & Tassoni, 2002).

Uma tarefa que ilustra a relação de apoio entre a família e a escola é o dever de casa. Para Carvalho (2004), o dever de casa é parte integrante do processo ensino-aprendizagem, afetando o planejamento e implementação das atividades da escola, assim como da vida dos estudantes fora da escola e sua rotina familiar. A prática do dever de casa, com demandas a serem realizadas fora do horário escolar, faz do lar uma

extensão da sala de aula. Com isso, mantém os pais informados e envolvidos no aprendizado de seus filhos.

No entanto o envolvimento dos pais na atividade de dever de casa dos filhos está relacionado, especialmente, a três aspectos destacados por Carvalho (2004) que são: Tempo livre, conhecimento sobre as matérias escolares e vontade (gosto). Os dois primeiros afetam, em particular, as camadas menos favorecidas, pois estas estão distantes das expectativas de muitas escolas quando requerem contribuições acadêmicas da família, uma vez que não apresentam um modelo familiar detentor de capital econômico, repertório cultural e escolar, geralmente com uma mãe disponível, além de uma estrutura doméstica de apoio às atividades da escola (Carvalho & Burity, 2006).

As crianças de classe popular têm seu rendimento acadêmico comprometido, por não realizarem atividades extraescolares e se ocuparem (principalmente as meninas) com tarefas domésticas. Em contraste, crianças de classe média alta, cujas famílias incluem em suas rotinas as tarefas da escola, têm mais possibilidade de uma vida acadêmica bem sucedida (Carvalho & Burity, 2006). Isso corrobora a hipótese de que a estabilidade gerada por padrões rotineiros favorece a realização de atividades que contribuem com o desenvolvimento intelectual.

Outra tarefa desta natureza é a atividade de leitura. O envolvimento de familiares, quer no incentivo, quer no compartilhamento de atividades rotineiras de leitura, permite que as crianças estabeleçam conexões entre a linguagem oral e as estruturas do texto escrito, dando sentido aos sinais que visualizam. Desta forma, seus conhecimentos são expandidos, possibilitando que tenham uma melhor visão de mundo e de si mesmos (Dell'Isola, 1991).

Competências em leitura são essenciais para se obter sucesso na escola, das quais dependem diversas situações acadêmicas. Isso ocorre em virtude da leitura

envolver um conjunto de habilidades, como: Identificar mais facilmente as informações essenciais do texto; gerar questões sobre o conteúdo lido; construir significados; realizar inferências; estabelecer uma rede de relações entre enunciados, organizando as informações que compõem as diferentes partes do texto (Boruchovitch, 2001; Dembo, 2000; Vicentelli, 2000).

Diante disso, a escola se constitui um contexto que estabelece demandas ao sistema familiar, cuja resposta repercute nas conquistas alcançadas pelas crianças e adolescentes ao longo do tempo. No entanto, se por um lado a relação de cooperação entre estes dois contextos tem sido um dos aspectos apontados pela literatura como favorecedor do desenvolvimento, por outro lado, as ausências de metas comuns e de estratégias sincronizadas podem dificultar o alcançar dos objetivos destes dois contextos (Souza, 2009).

Neste sentido, a relação entre família e escola tem mais possibilidade de ser bem sucedida quando as pessoas que constituem estes contextos apresentam perspectivas semelhantes sobre a realidade, especialmente sobre a função do conhecimento nas suas vidas. Esta é uma condição nem sempre encontrada em muitos contextos brasileiros. Mendes et al. (2008) destacam que em comunidades ribeirinhas da Amazônia o modo de vida depende da agricultura, pesca e extração de recursos da floresta, vivendo as crianças e suas famílias em função da natureza. Desta forma, o sucesso da escola é prejudicado, já que a sobrevivência não depende de uma formação acadêmica ou conhecimento formal, como em contextos urbanos, mas está fortemente ligada ao conhecimento informal da floresta, rios, ciclos e sua dinâmica (Cruz, 2008).

A Amazônia legal representa 59% do território brasileiro e inclui 775 municípios onde vivem 12,32% da população nacional, sendo que 31,1% desse contingente em zona não-urbana (IBGE, 2000). Norte, a região mais representativa da Amazônia legal,

apresenta o segundo pior Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil, perdendo apenas para a região Nordeste. No Pará, este índice é de 0,755, ocupando a 16ª posição entre os estados brasileiros (PNUD, 2005).

Estes dados mostram que, em contraste com a abundância e diversidade de solos, fauna, flora, etnias e culturas encontrados na Amazônia, seus habitantes têm poucas oportunidades sociais de desenvolvimento (Meirelles Filho, 2004). Com efeito, a riqueza natural do contexto em que vivem as comunidades ribeirinhas da Amazônia se opõe às inúmeras dificuldades existentes, como falta de saneamento básico, de energia elétrica, água potável, além de restrições de saúde, educação, dentre outros (Fraxe, Witkoski & Miguez, 2009; Scherer, 2004; Silva, 2006).

Em relação às oportunidades educacionais, há distância entre as escolas e as comunidades, condições precárias de estrutura do ambiente escolar, redução dos profissionais de educação e acesso limitado aos ciclos iniciais do ensino fundamental. Ribeiro e Fabré (2003) também verificaram que as crianças ribeirinhas deixam muitas vezes de frequentar a escola pelo fato de terem de ajudar os pais no trabalho. Além disso, Ribeiro-Souza (2007) verificou que na percepção das mulheres ribeirinhas como mãe e educadora da sua família, o ofício de ensinar é propriedade da escola. Neste cenário de dificuldades e carências, é possível que a compreensão da família sobre a função da escola, como também do próprio papel de parceira no processo de desenvolvimento dos filhos, seja comprometida e limitada (Mendes et al., 2008).

Há restrições também de contatos e vínculos estabelecidos neste contexto, pois dependem da regulação do rio. Este mediador, segundo Harris (2000), ao mesmo tempo que limita contatos, muitas vezes é a única forma de mantê-los, atuando como um obstáculo ambiental e meio de acesso, uma barreira e ponte, criando e restringindo as possibilidades de interação. Com isso, adultos e crianças dessas localidades têm

contatos sociais limitados fora das famílias (Afonso, 2011; Reis, 2007; Teixeira & Alves, 2008).

Estes desencontros tornam-se mais preocupantes, diante dos objetivos de políticas públicas de combate à pobreza focadas em famílias em situação de vulnerabilidade, condição que impõe, especialmente para as crianças, ameaças ao bem-estar e limitação de oportunidades de desenvolvimento (Hutz, Koller & Bandeira, 1996). Neste âmbito, destaca-se o Programa Bolsa Família (PBF), cujos objetivos de longo prazo incluem possibilidades de rompimento com o ciclo de pobreza através das gerações, requerendo, assim, a reorganização na rotina de seus beneficiários.

O PBF foi criado pelo Decreto nº 5.209, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, se instituindo da unificação de programas sociais pré-existentes, como Bolsa Escola e Bolsa Alimentação. Seus objetivos abrangem: (a) combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; (b) combater a pobreza e outras formas de privação das famílias; (c) promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, saúde, educação, segurança alimentar e assistência social; e (d) criar possibilidades de emancipação sustentada dos grupos familiares e desenvolvimento local dos territórios (Caixa Econômica Federal, 2011).

A execução do PBF envolve a transferência mensal de renda para famílias em situação de extrema pobreza (com renda per capita de R\$70,00) e situação de pobreza (com renda per capita de R\$140,00), das quais é exigido o cumprimento das condicionalidades. Dentre elas, as famílias beneficiárias assumem o compromisso de manter suas crianças regularmente matriculadas na escola, com frequência mensal mínima de 85%.

Segundo a legislação e os documentos oficiais do Programa, as condicionalidades justificam-se pela possibilidade de acesso e inserção da população

pobre nos serviços sociais básicos. Para Ferreira (2010), a ideia subjacente ao cumprimento das contrapartidas, especialmente a referente à manutenção das crianças na escola, é de que a elevação do nível de educação das crianças poderia criar oportunidades para as novas gerações se inserirem no mercado de trabalho, interrompendo o ciclo de pobreza.

Estudos sobre o impacto das condicionalidades do PBF referentes à educação (Cacciamali, Tatei & Batista, 2010; Duarte & Silveira Neto, 2008) concluíram que o Programa conseguiu aumentar a frequência escolar de crianças e adolescentes, como também reduzir o abandono escolar dos estudantes beneficiários em relação aos dos estudantes não beneficiários no ensino fundamental e médio. Verifica-se, com isto, que ao exigir o comprometimento das famílias para que as crianças tenham em suas rotinas o ato de frequentar a escola, o programa oportuniza o estabelecimento de relação entre família e escola, atribuindo a ambos a responsabilidade de investimento nas novas gerações.

Todavia, supõe-se que esta rotina, por sua vez, demande outras responsabilidades para as famílias beneficiárias, como o dever de casa e a leitura, que apesar de não serem exigidos pelo programa, podem favorecer o sucesso acadêmico e, possivelmente, a emancipação dos beneficiários. Sem isso, configuram-se os resultados negativos apontados por Soares, Ribas e Osório (2007), quanto ao mau rendimento escolar dessas crianças atendidas pelo PBF.

Considerando que o PBF atinge contextos diversos no Brasil, há pouco conhecimento de como as famílias ribeirinhas da Amazônia se ajustam para cumprir as condicionalidades, particularmente, a relacionada com a educação. Além disso, a literatura referente às questões psicológicas decorrentes da participação no programa ainda é precária.

Assim, em função das metas colocadas aos beneficiários e do pouco conhecimento de como o cumprimento das condicionalidades de educação é viabilizado no cotidiano de famílias ribeirinhas atendidas pelo PBF, esta pesquisa busca contribuir para a extinção de uma lacuna na área. Para isso, focaliza um aspecto que se considera fundamental para o alcance de metas: O da rotina acadêmica das crianças que vivem às margens de rios na Amazônia, especificamente as atividades de ir para a escola, fazer o dever de casa e de leitura. Conhecer essas rotinas permitirá o entendimento do valor da escola para essas famílias e permitirá o desenvolvimento de estratégias psicossociais de intervenção que garantam o sucesso do programa.

Método

Participantes

Foram participantes desta pesquisa 30 crianças ribeirinhas de uma ilha na Amazônia, sendo 16 do sexo feminino e 14 do sexo masculino. Os critérios de seleção abrangeram: Ser estudante do 1º ou 2º ciclo de uma das escolas municipais do local e estar na faixa etária de 6 a 11 anos. Este intervalo foi escolhido porque as crianças, geralmente, ingressam no ensino fundamental a partir dos 6 anos, com consequente aumento das expressões acadêmicas sobre suas vidas. Além disso, o atraso da idade média de estudantes por ciclo é alto na escola investigada, justificando a extensão da faixa etária até 11 anos.

Ambiente

A pesquisa foi realizada em uma comunidade que vive às margens de alguns rios que compõem a área de Proteção Ambiental (APA) da Ilha do Combú, estado do Pará - Brasil. Com uma extensão territorial aproximada de 15 km², a ilha do Combú está distante do centro da capital cerca de 1,5 km por via fluvial, caracterizando-se por ser uma floresta de várzea com diversificada composição florística, além de possuir

enormes atrativos turísticos e comerciais (Freire, Júnior, Vitorino, Jardim & Sousa, 2010).

A composição vegetal da ilha abrange uma área composta de cipós, árvores, arbustos, lianas e espécies de sub-bosques. Apresenta também em sua estrutura e composição árvores de grande porte, matas primária e secundária e solos razoavelmente férteis, onde há a predominância do açaizeiro (Dergan, 2006).

Considerada a quarta maior ilha do município de Belém, Combú está situada às margens do rio Guamá. Nesta área vivem 375 famílias ou aproximadamente 1.700 moradores que se concentram em quatro comunidades: Igarapé do Combú, Igarapé do Piriquitaquara, Furo da Paciência e margem do Rio Guamá (Prefeitura Municipal de Belém, 2001).

Apesar da proximidade com a capital Belém, a ilha do Combú apresenta dificuldades diversas, tais como a presença de apenas uma unidade de saúde, carências de energia, água potável e saneamento básico. No âmbito educacional, os moradores contam com três unidades pedagógicas que permitam o acesso até o ciclo II do ensino fundamental.

Teixeira e Alves (2008) analisaram o cotidiano das crianças na ilha do Combú e verificaram que suas atividades são comuns às dos adultos, especialmente seus pais. Assim, atividades como travessia à capital para vender os recursos extraídos da floresta, efetuar compras, frequentar aulas ou realizar pequenos serviços, ocorrem geralmente com na companhia de crianças, o que as faz participar da vida na comunidade, no trabalho, em casa, no lazer e nos eventos religiosos.

Instrumentos

Inventário Sociodemográfico (ISD). O ISD é um instrumento utilizado para caracterizar as famílias sociodemograficamente. Inclui: A identificação pessoal dos

membros familiares; a composição do sistema familiar; as características do domicílio e saneamento básico; e as características econômicas.

Inventário de Rotina (IR). O IR é caracterizado pelo levantamento e classificação das atividades, locais e companhias rotineiras. Este instrumento, devido às necessidades de sistematização desta e de outras pesquisas, passou por uma reestruturação após um período de teste com famílias ribeirinhas (Silva et al., 2010). Atualmente, o IR é composto por uma planilha, na qual se identificam a atividade de rotina, a duração, o local e companhia de sua execução. Assim, perguntam-se quais as atividades realizadas desde o horário que o participante acorda até o momento que vai dormir. Todas as respostas são complementadas pelo tempo, local e pessoas que a criança dispõe para a realização de sua rotina diária.

A cada família foram aplicados dois IR's, um relativo à rotina de um dia de semana e outro em relação ao fim de semana. A aplicação deste inventário dá-se considerando dois aspectos: Os fatos ocorridos no dia imediatamente anterior à data da aplicação e as atividades realizadas no último domingo. A opção por ambos ocorreu por serem dias que representam melhor a rotina das crianças quando comparados com aqueles atípicos, como os feriados, que, pela pouca frequência, não foram incluídos nesta pesquisa.

Procedimentos iniciais de coleta e análise

Houve um contato inicial com a coordenadora de uma unidade pedagógica para explicar os objetivos do projeto e firmar parceria. Esta unidade pedagógica apresenta características típicas daquela região, isto é, foi construída em madeira de lei e está inserida na mata nativa à beira do rio. Seu funcionamento ocorre por meio de salas multisseriadas. No período matutino, há classes de educação infantil e ciclo 1. À tarde a escola oferece o ensino do ciclo 2.

Com o estabelecimento da parceria, iniciou-se o período de inserção ecológica (Cecconelo & Koller, 2003) na escola, por meio da participação em reuniões e eventos. Posteriormente, com a análise dos registros escolares, foi feita uma pré-seleção dos participantes da pesquisa, segundo os critérios de idade (crianças de seis até onze anos) e de ciclo (alunos pertencentes aos ciclos 1 ou 2).

O contato com os pais ocorreu por meio das reuniões escolares. Havia o convite para a participação das crianças nesta pesquisa, e o aceite dos responsáveis era oficializado com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que consta no anexo do projeto aprovado pelo CEP-ICS/UFGA sob o registro de nº 203/10.

Em seguida a esta etapa, iniciou-se a coleta de dados na casa das crianças. O ISD foi o primeiro a ser aplicado, servindo como instrumento de inserção ecológica (Mendes, Pontes, Silva, Bucher-Maluschke, Reis & Silva, 2008). Posteriormente, procedeu-se a aplicação do IR. Ambos foram respondidos pelo responsável (geralmente a mãe), com ou sem a ajuda da criança.

Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva. O ISD serviu de base para a caracterização das crianças e suas famílias, objetivando traçar um perfil dos pesquisados. O IR permitiu fazer uma descrição das principais atividades desenvolvidas pelas crianças beneficiárias do PBF, o tempo e as pessoas com quem compartilham sua rotina, com ênfase para as tarefas de ir para a escola, fazer o dever de casa e leituras.

Resultados e Discussão

Os resultados desta pesquisa serão apresentados em dois tópicos, relacionados aos instrumentos utilizados. O primeiro corresponde aos dados sociodemográficos e o segundo aos dados de rotina.

As Famílias Estudadas

Nas famílias investigadas, a maioria das crianças (90%) vive com os pais e irmãos, em casas de madeira (96,7%), compostas de três a quatro cômodos (53,3%), nos quais convivem até cinco moradores (60%). A fonte de energia que predomina é a de gerador (90%), sendo que em apenas 13,3% dos lares é possível encontrar geladeira, fogão, televisão, rádio e cama.

O saneamento básico em que as famílias vivem se apresenta bastante ineficiente. O lixo é queimado em 93,3% das casas e não há instalação de esgotos sanitários, ficando a maior parte dos banheiros (63,3%) a céu aberto, isto é, em contato com o solo e com o rio. Neste contexto, os respondentes relataram que as doenças mais frequentes nos membros familiares são febre, diarreia e gripe.

Quanto ao perfil profissional, a maioria das mães (53,3%) é classificada como dona de casa, seguindo-se pelas funções de diaristas (20%) e extrativistas de açaí (6,7%). A baixa escolaridade está presente em 63,3% destas mães que estudaram até a 5ª série do ensino fundamental, no entanto uma estava cursando o nível superior no curso de Pedagogia. Os pais, por sua vez, possuíam como principais atividades profissionais o extrativismo de açaí (63%), a pesca (7,4%) e a carpintaria (7,4%), porém verificou-se em menor proporção desempregado, operador de motosserra, trabalhador de serviços gerais e outros. Em relação à escolaridade, 60% destes pais estudaram até a 5ª série. Nenhum deles concluiu o nível médio ou superior.

A caracterização destas famílias revela semelhanças e diferenças em relação a outras comunidades que moram às margens dos rios da Amazônia, pois não apresentam o isolamento geográfico de outras populações ribeirinhas que possuem pouco ou nenhum contato com mídias televisivas, radiofônicas e com outras comunidade e culturas (Mendes, Pontes, Bucher-Maluschke, Reis & Silva 2008). No entanto, as famílias desta amostra assemelham-se às de outras comunidades ribeirinhas,

especialmente, em termos de estrutura familiar (Silva, 2006), sistema educacional (Mendes, 2008), falta de saneamento básico e condição de vulnerabilidade social (Scherer, 2004).

Quanto aos aspectos econômicos, 71% das famílias sobrevivem com renda per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo; 21%, com renda de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo e 8% não responderam. Destaca-se, neste aspecto, que a renda foi calculada considerando o salário base de R\$ 545,00, como também o período de safra do açaí, época em que há maior produtividade na região.

Dentre as crianças investigadas: 29% são beneficiárias do Programa Bolsa Família pelo período até dois anos; 21% são beneficiários de dois a quatro anos; 21% são beneficiários de quatro a seis anos; e 16% recebem o benefício há mais de seis anos. 13% dos respondentes não souberam o tempo de participação no Programa.

Quando questionados sobre como utilizaram o valor do benefício no mês anterior, foram relatados por ordem de frequência: Compra de vestuário (n=15); material escolar (n=11); alimentos (n=4); pagamento de contas (n=4); remédios (n=2); e outros (n=1). O uso do benefício entre as famílias deste estudo corresponde aos dados encontrados em pesquisas de nível nacional (IBASE, 2008), que confirmam uma maior utilização do valor do recebido com alimentos, material escolar, vestuário e remédios.

Dados de Rotina

A Figura 1 demonstra a distribuição das atividades de rotina das crianças investigadas. Durante a semana, foi verificado que 42% do dia são dedicados ao descanso, 21% ao lazer, 19% são gastos com atividades acadêmicas, 11% com alimentação e higiene, 3% com deslocamento, 3% com tarefas domésticas e 1% com eventos religiosos. Em dia de fim de semana, o tempo dedicado a quase todas as atividades rotineiras é alterado, ficando 45% do dia com descanso, 35% com lazer, 11%

com alimentação e higiene, sendo que os eventos religiosos, o deslocamento e a tarefa doméstica compartilham o mesmo percentual (3%). A maior distinção de tempo, no entanto, é verificada nas atividades relacionadas à vida acadêmica, cujo percentual demonstra que não compõem a rotina no fim de semana (0%). Esta distribuição de atividades confirma os dados de Teixeira e Alves (2008) sobre o cotidiano das crianças na ilha do Combú, que envolve atividades não diversas das dos adultos, especialmente seus pais, na vida da comunidade e em casa.

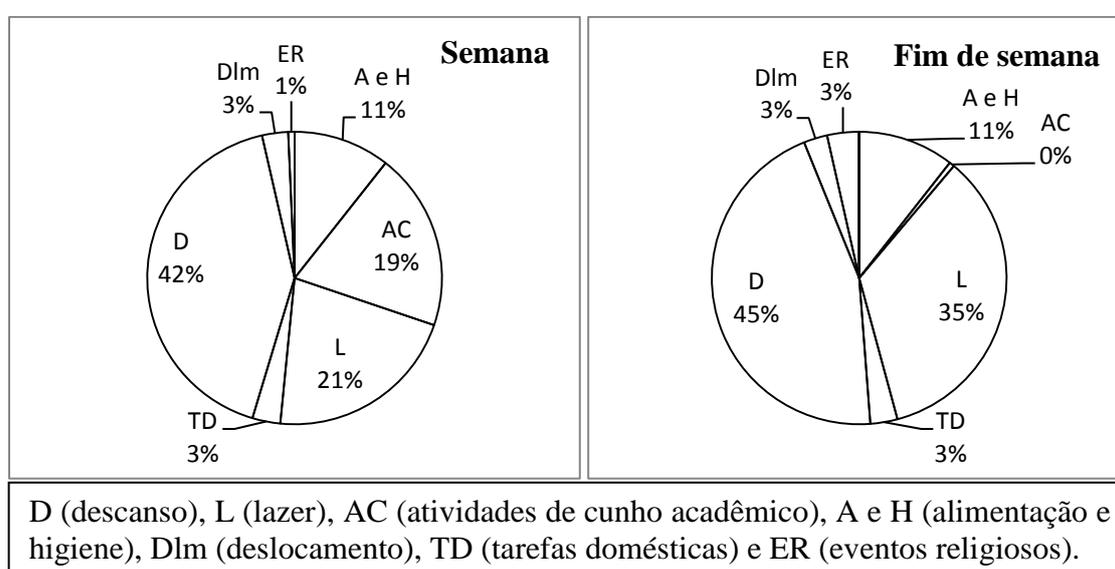


Figura 1b. Distribuição das atividades de rotina em dias de semana e de fim de semana.

Foi verificado que na maior parte do tempo, de um dia típico ou de fim de semana, as crianças realizam suas diversas atividades de rotina sozinhas (44%). Podem também, em dia de semana, compartilhar da companhia dos irmãos (18%), amigos (16%), parentes próximos - como tios e primos - (10%), mãe (6%), pai e mãe juntos (3%), a família completa (2%) e outros (1%). Em dia de fim de semana, é alterado o tempo de companhia dos parentes próximos (19%), irmãos (17%), mãe (7%), amigos (5%), família completa (3%), pai e mãe juntos (2%), avós (2%) e outros (1%), conforme Figura 2.

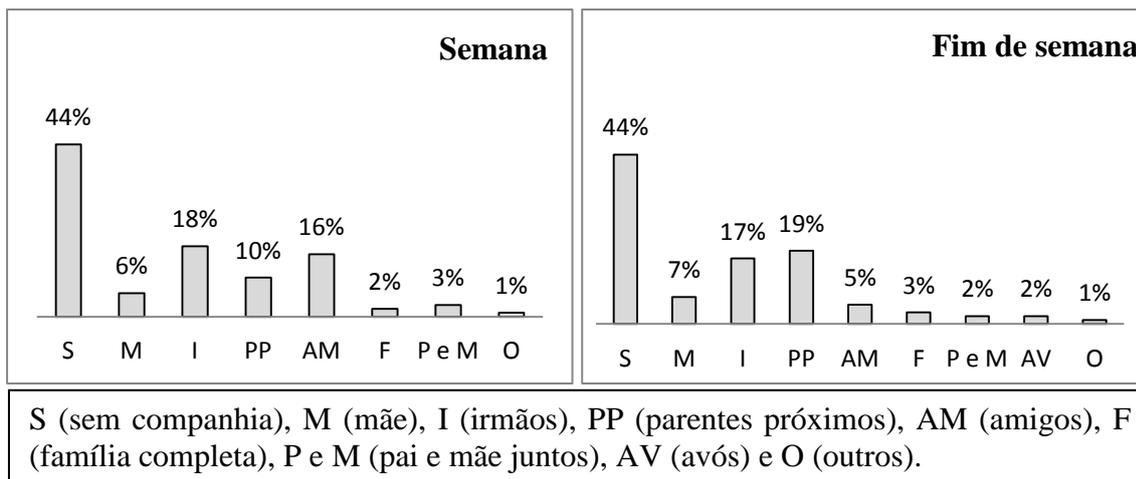


Figura 2b. Companhia de realização das atividades rotineiras em dia de semana e de fim de semana

De acordo com estas Figuras, observa-se que durante a semana as crianças interagem com familiares e amigos, estes provavelmente da escola. Por outro lado, no fim de semana, as interações e compartilhamentos de atividades rotineiras ocorrem essencialmente com familiares. Essa limitação de contatos também foi identificada em outras pesquisas envolvendo crianças ribeirinhas na Amazônia (Reis, 2007; Teixeira & Alves, 2008; Afonso, 2011), sendo relatadas como suas principais causas as dificuldades de acesso e transporte para outros locais. Percebe-se que as oportunidades e restrições de companhias e vínculos em ambiente ribeirinho dependem, em grande parte, de um importante elemento: O rio, como aponta Harris (2000).

Frente às principais companhias e atividades desempenhadas pelo grupo pesquisado de crianças ribeirinhas beneficiárias do PBF, foram analisadas as atividades acadêmicas e sua relevância na rotina diária. Trata-se das tarefas de ir à escola, que compõe uma das exigências do PBF, como também o dever de casa e realização de leituras no ambiente extraescolar.

A Figura 3 demonstra estas atividades na rotina das crianças ribeirinhas em dias de semana e fim de semana. Foi verificado que, durante a semana, a atividade de ir para a escola ocupa 16% de um dia, o dever de casa atinge 3%, não havendo dedicação à

leitura fora do ambiente escolar. No fim de semana, período em que a escola paralisa suas atividades, as crianças não realizam dever de casa nem leituras (0%).

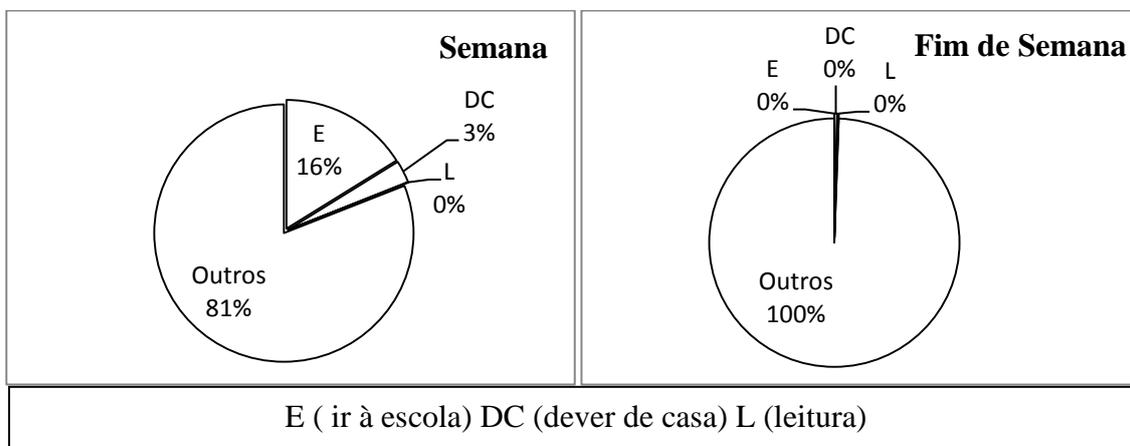


Figura 3b. Distribuição das atividades rotineiras de ir à escola, dever de casa e leitura em dias de semana e de fim de semana.

A pouca dedicação com a vida acadêmica em dia de semana, como também o não envolvimento em tarefas extraescolares no fim de semana, talvez demonstrem que, na ausência de compromissos com a rotina escolar, as crianças investigadas não possuem outras demandas ou suporte que as incentivem a investir em atividades acadêmicas. Esta realidade também integra outros contextos da Amazônia, como destaca Ribeiro-Souza (2007) sobre a percepção de mulheres acerca da responsabilidade exclusiva da escola no ofício de ensinar. Além disso, segundo a autora, estas mães também se mostraram satisfeitas com a condição que é oferecida por programas como o Bolsa Família para que seus filhos e filhas estudem.

Em se tratando do ato de ir à escola, verificou-se que faz parte da rotina dos dias de semana de todas as crianças investigadas (100%) neste contexto. Este resultado contrasta os de Ribeiro e Fabr  (2003), sobre as crianças ribeirinhas deixarem de frequentar a escola para ajudarem os pais no trabalho. O contraste entre os dados sobre frequência à escola e as demais rotinas acadêmicas talvez possa ser atribuído ao fato das crianças desta pesquisa serem beneficiárias do PBF, o que exige das famílias o

cumprimento das condicionalidades de educação, isto é, manter tais crianças na escola. Vide resultados positivos do programa comentados anteriormente (Cacciamali, Tatei & Batista, 2010; Duarte & Silveira Neto, 2008).

Quanto ao dever de casa, verificou-se que se trata de uma atividade executada por 28,6% da amostra desta pesquisa (ver Figura 1). As meninas são as que mais desempenham esta atividade extraclasse (60%), em contraste com os meninos (40%). Deve-se considerar que, tradicionalmente, quando não estão na escola, as meninas ribeirinhas ajudam suas mães nas tarefas domésticas (Silva, 2006), conforme demonstrado também na Figura 1, ficando um maior tempo nas dependências do lar, ambiente mais favorável para a realização do dever de casa. Os meninos, por sua vez, geralmente estão envolvidos com o trabalho que o pai realiza (Reis, 2007), passando mais tempo no meio das matas, nos rios e áreas comunitárias, o que pode justificar sua menor participação nas tarefas extraescolares.

Considerando as crianças que realizam o dever de casa, a Figura 4 apresenta a companhia rotineira de execução de tal atividade. Verifica-se que, na maior parte do tempo, as crianças realizam o dever de casa sozinhas (57%), mas também podem ter a companhia dos irmãos (28%), parentes próximos (9%), ou a presença parcial das mães, isto é, quando executam a tarefa ora sozinhas, ora auxiliadas pelas mães (6%).

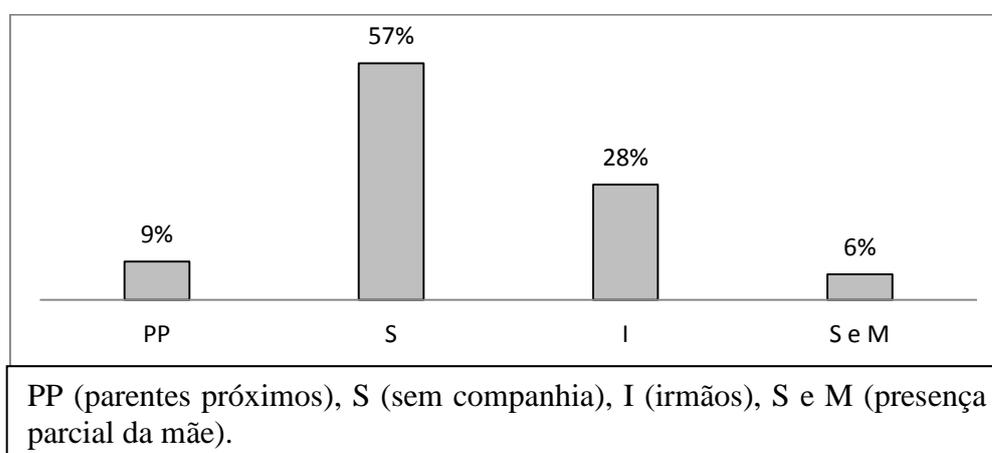


Figura 4b. Companhia rotineira de realização do dever de casa.

Dentre os aspectos destacados por Carvalho (2004) para o envolvimento reduzido dos pais nos trabalhos escolares destinados para casa, o mais provável para o contexto ribeirinho pesquisado está relacionado à baixa escolaridade da maioria dos responsáveis, conforme evidenciado nos dados sociodemográficos. Desta forma, as chances de um responsável acompanhar o dever de casa são baixas, possivelmente, em virtude de muitos não possuírem os conhecimentos viabilizados pela escola, além de desconhecerem seu papel para o desenvolvimento dos seus filhos.

Assim, ao conhecer as rotinas, em particular às relacionadas à vida acadêmica, verifica-se que apesar das crianças ribeirinhas apresentarem a rotina de ir para a escola, a ausência de outras atividades acadêmicas ao longo do dia dificulta o rompimento do ciclo de pobreza, que é um dos principais objetivos a longo prazo do PBF. Suas condições remetem ao que Silva (2006) e Mendes (2008) argumentam, isto é, tendem a manter as famílias ribeirinhas nas mesmas estratégias das gerações anteriores, dificultando o salto que as conduziriam a um futuro com uma melhor qualidade de vida.

Considerações Finais

Os dados encontrados nesta pesquisa indicam que o PBF está presente na rotina das crianças e, conseqüentemente, de suas famílias que vivem às margens de rios na Amazônia, por meio do ato de frequentar a escola. No entanto, a análise de suas rotinas diárias deixa claro que os impactos do programa no que concerne à educação restringem-se ao cumprimento desta condicionalidade. Isto pode explicar os resultados animadores de pesquisas que evidenciam o aumento na frequência (Cacciamali, Tatei & Batista, 2010), e ao mesmo tempo desanimadores, quanto aos baixos níveis de aproveitamento escolar (Soares, Ribas & Osório, 2007).

É provável que o baixo rendimento dos alunos esteja relacionado à pouca realização e ao pouco acompanhamento de atividades acadêmicas nos demais contextos

em que a criança vive, como evidenciou esta pesquisa. Realmente, em um país onde o sistema educacional é restrito à metade do dia, demanda dos outros contextos, principalmente da família, que colaborem com o ambiente escolar. Portanto, os resultados obtidos elucidam, em especial, a necessidade de mais investimentos em orientação familiar, particularmente quanto à sua contribuição para o desenvolvimento dos filhos.

São evidentes, porém, as dificuldades deste grupo em agir como parceiro na educação escolar de seus filhos, seja porque não podem ou porque não sabem contribuir neste aspecto. Programas semelhantes ao PBF realizados em outros países também identificaram esta dificuldade, por isso planejaram ações de envolvimento e capacitação das famílias de modo que estas se tornassem agentes de desenvolvimento da próxima geração.

Dentre estes, o *Head Start*, um programa de prevenção ao efeito destruidor da pobreza no futuro da sociedade americana, teve por objetivo preparar as crianças provenientes de famílias de baixa renda para a escola, combinando serviços de diversas áreas, dentre elas, educação, alimentação, assistência médica e educação de pais (Freitas & Shelton, 2005). Suas avaliações indicam que os ganhos cognitivos, sociais e educacionais das crianças participantes só puderam ser mantidos pelo envolvimento dos contextos em que as crianças convivem, em particular, a família e a comunidade (Bairrão, 1992). Tal como no *Head Start*, o investimento em pais pode ser uma importante recomendação aos gestores do PBF, particularmente, em ambiente ribeirinho.

Os resultados obtidos neste trabalho limitam-se à amostra utilizada. Para futuras pesquisas sugere-se conhecer a relevância de outras atividades que compõem a rotina de crianças ribeirinhas e suas famílias que participam do PBF, como lazer e trabalho. No caso do lazer, seria possível verificar o orçamento de tempo gasto com atividades desta

natureza e suas implicações para o desenvolvimento. No caso do trabalho, recomenda-se investigar as repercussões do PBF na participação da criança no mundo do trabalho ribeirinho. Estes são alguns delineamentos de pesquisa que também poderiam contribuir para a literatura da área e para um melhor entendimento do funcionamento das famílias ribeirinhas beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Referências

- Afonso, T. (2011). *Famílias de crianças com deficiência mental no contexto ribeirinho amazônico: percepções de pais moradores da Ilha de Combu - PA*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Pará (UFPA).
- Bairrão, J. (1995). A perspectiva ecológica em psicologia da educação. *Psicologia*, 10 (3), 7-30.
- Boruchovitch, E. (2001). Algumas estratégias de compreensão em leitura de alunos do ensino fundamental. *Psicologia Escolar e Educacional*, 5 (1), 19-25.
- Boyce, W. T., Jensen, E. W., James, S. A., & Peacock, J. L. (1983). The family routines inventory: Theoretical origins. *Social Science and Medicine*, 17, 193-200.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bueno, B. G., & Garcia, T. F. (1996). Êxito escolar: As regras da interação na sala de aula. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 77, 263-281.
- Cacciamali, M. C., Tatei, F., & Batista N. F. (2010). Impactos do programa bolsa família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar. *Revista de Economia Contemporânea*, 14(2), 269-301.
- Caixa. Disponível em: http://www.caixa.gov.br/voce/social/transferecia/bolsa_familia/index.asp. Acesso em: 03/05/2011.
- Carvalho, M. E. P. (2004). Escola como extensão da família ou família como extensão da escola? O dever de casa e as relações família–escola. *Revista Brasileira de Educação*, (25), 94-104.
- Carvalho, M. E. P. de & Burity, M. H. (2006). Dever de casa: Visões de mães e professoras. *Olhar de Professor*, 9(1), 31-46.
- Carvalho, M. J. S., Machado, J. B. (2006). Análise dos usos do tempo entre crianças acerca das relações de gênero e de classe social. *Currículo Sem Fronteiras*, 6(1), 70-81.
- Cecconello, A. M., & Koller, S. H. (2003). Inserção ecológica na comunidade: Uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 16, 515-524.

- Chechia, V. A. & Andrade, A. dos S. (2005). O desempenho escolar dos filhos na percepção de pais de alunos com sucesso e insucesso escolar. *Estudos de Psicologia*, 10 (3), 431-440.
- Cruz, V. C. (2008). O rio como espaço de referência identitária: Reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia. Em Trindade Júnior, S. C. e Tavares, M. G. C. (Eds.). *Cidades ribeirinhas na Amazônia - mudanças e permanências* (49-69). Belém: EDUFPA.
- Dell'isola, R. L. P. (1991). *Leitura: Inferências e contexto sociocultural*. Belo Horizonte: Universitária.
- Dembo, M. H. (2000). *Motivation and learning strategies for college success: A self-management approach*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Dergan, J. M. B. (2006). *História, memória e natureza: As comunidades da ilha do Combu-Belém-Pa*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, Belém.
- Duarte, G. B., & Silveira Neto, R. M. (2008). Avaliando o impacto do Programa Bolsa Família sobre a frequência escolar: O caso da agricultura familiar no Nordeste do Brasil. Em Encontro Nacional da ANPEC. *Anais do XIII Encontro Regional de Economia* (36). Bahia, Salvador: ANPEC.
- Ferreira, N. V. T. (2010). Programa Bolsa Família: O velho com novas roupagens. Disponível em: <http://web3.ufes.br/ppgps/sites/web3.ufes.br/ppgps/files/Nildete%20Virginia%20Turra.pdf>. Acesso em: 21/09/2011.
- Fiese, B. H., Tomcho, T. J., Douglas, M., Josephs, K., Poltrock, S., & Baker, T. (2002). A review of 50 years of research on naturally occurring family routines and rituals: Cause for celebration?. *Journal of Family Psychology*, 16, 381-390.
- Fraxe, T. J. P., Witkoski, A. C., & Miguez, S. F. (2009). O ser da Amazônia: identidade e invisibilidade. *Ciência e Cultura*, 61(3).
- Freire, A. S. C., Junior, P. P. F., Vitorino, M. I., Jardim, M. A. G., & Sousa, A. M. L. (2010). Avaliação dos índices de vegetação (NDMI e NDVI) para a ilha do Combu, Belém-PA: Aplicando técnicas de sensoriamento remoto. Em anais do XVI Congresso Brasileiro de Meteorologia. Belém: CBMET.
- Freitas, L. B. L., & Shelton, T. L. (2005). Atenção à primeira infância nos EUA e no Brasil. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, 21(2), 197-205.

- Guidubaldi, J., Cleminshaw, H. K., Perry, J. D., Nastasi, B. K., & Lightel, J. (1986). The role of selected family environment factors in children's post-divorce adjustment. *Family Relations*, 35, 141-151.
- Harkness, S. & Super, C. M. (1996). Introduction. In S. Harkness & C. M. Super (Eds.). *Parents' cultural belief systems: Their origins, expressions and consequences*. 2nd ed. (pp. 1-23). New York: The Guilford Press.
- Harris, A. G. (2000). *Life on the amazon: The anthropology a brazilian peasant village*. New York: Oxford University Press/The British Academic.
- Hutz, C. S., Koller, S. H., & Bandeira, D. R. (1996). Resiliência e vulnerabilidade em crianças em situação de risco. *Coletâneas da ANPEPP*, 1, 79-86.
- IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e econômicas). (2008). Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas. Disponível em: http://www.ibase.br/userimages/ibase_bf_sintese_site.pdf. Acesso em: 21/06/2010.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). (2000). Censo Demográfico: Brasil, 2000. Rio de Janeiro.
- Jensen, E. W., James, S. A., Boyce, W. T., & Hartnett, S. A. (1983). The family routines inventory: Development and validation. *Social Science and Medicine*, 17, 201-211.
- Leite, S. A. S., & Tassoni, E. C. M. (2002). A afetividade em sala de aula: As condições de ensino e a mediação do professor. Em: R. Azzi, A. Sadalla, (pp. 113-141). *Psicologia e formação docente*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Lippitz, W., & Levering, B. (2002). And now you are getting a teacher with such a long name. *Science*, 18(2), 205-213.
- Machado, A. V., & Machado, M. C. V. (2008). Escola que protege: Histórico jurídico de proteção da criança e do adolescente. Em P. V. B. Silva, J. E. Lopes, & A Carvalho. *Por uma escola que protege: A educação e o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes* (pp. 75-93). Ponta Grossa: UEPG.
- Marques, R. (2001). *Professores, família e projecto educativo*. Porto: Asa Editores.
- McLoyd, V. C., Toyokawa, T., & Kaplan, R. (2008). Work demands, work family conflict, and child adjustment in African-American families: The mediating role of family routines. *Journal of Family Issues*, 29, 1247-1267.
- Meirelles Filho, J. (2004). *O livro de ouro da Amazônia: Mitos e verdades sobre a região mais cobiçada do Planeta*. Rio de Janeiro: Ediouro.

- Mendes, L. S. A. (2008). *A escola enquanto contexto de desenvolvimento: Um estudo ecológico em uma comunidade ribeirinha na ilha do Marajó*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Pará, Pará.
- Mendes L. S. A., Pontes, F. A. R., Silva, S. S. C., Bucher-Maluschke, J. S. N. F., Reis, D. C., & Silva, S. D. B. (2008). Inserção ecológica no contexto de uma comunidade ribeirinha amazônica. *Interamerican Journal of Psychology*, 42 (1).
- Mendes, L. S. A., Ramos, T. S., Pontes, F. A. R., Reis, D. C., Silva, S. S. C. & Silva, S. D. B. (2008). A prática docente em uma escola ribeirinha na ilha do Marajó: Um estudo preliminar em contexto naturalístico. *Educação*, 31 (1), 80-87.
- PNUD Brasil. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2005). Ranking do IDH dos estados. Disponível em: http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3039&lay=pde Acesso em: 12/12/2011.
- Prefeitura Municipal de Belém. (2001). *Projeto Família Saudável*. Belém, PA: Prefeitura Municipal de Belém.
- Reis, D. C. (2007). *Cultura da brincadeira em uma comunidade ribeirinha na ilha do Marajó*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Pará (UFPA).
- Ribeiro, M. O. A. & Fabr e, N. N. (2003). *S.A.S - Sistemas abertos sustentáveis: Uma alternativa de gestão ambiental na Amazônia*. Amazonas: Edua.
- Ribeiro-Souza, M. J. R. (2007). Mulher ribeirinha: Educa o e família. Disponível em: <http://www.itaporanga.net/genero/1/GT14/06.pdf> Acesso em: 15/08/2011.
- Scherer, E. F. (2004). Mosaico Terra- gua: a vulnerabilidade social ribeirinha na Amazônia [Resumo]. Em Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Anais do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais (8). Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Silva, S. S. C. (2006). *Estrutura e dinâmica das rela es familiares de uma comunidade ribeirinha da região amazônica*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília.
- Silva, S. S. C., Pontes, F. A. R., Santos, T. M., Bucher-Maluschke, J., Mendes, L.S.A., Reis, D. C. & Silva, S. D. B. (2010). Rotinas familiares de ribeirinhos amazônicos: Uma possibilidade de investiga o. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26 (2), 341-350.

- Soares, F. V., Ribas, R. P., & Osório, R. G. (2007). Avaliando o impacto do Programa Bolsa Família: Uma comparação com programas de transferência condicionada de renda de outros países. Brasília: MDS. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/pub/port/IPCEvaluationNote1.pdf>
- Souza, P. B. M. (2009). *Configuração do mesossistema entre professores e pais de alunos com deficiência*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém.
- Taylor, R. D., & Lopez, E. (2005). Family management practice, school achievement, and problem behavior in African American adolescents: Mediating processes. *Applied Developmental Psychology*, 26, 39-49.
- Teixeira, S. R. S., & Alves, J. M. O. (2008). Contexto das Brincadeiras das Crianças Ribeirinhas da Ilha do Combu. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(3), 374-382.
- Vicentelli, H. (2000). Problemática de La lectura em estudantes universitários. *Psicologia Escolar e Educacional*, 3 (3), 195-202.

CAPÍTULO IV

Coesão e hierarquia parental na percepção de ribeirinhos beneficiários do Programa Bolsa Família

Resumo

Este artigo investigou como beneficiários do Programa Bolsa Família percebem a coesão e hierarquia parental em um contexto ribeirinho amazônico. Trata-se de um estudo de caso, do qual participaram três membros de um grupo familiar. Foram utilizados o Inventário Sociodemográfico e o *Family System Test* (FAST). Os resultados mostraram que: a mãe tem um papel fundamental na família, uma vez que está diretamente envolvida nos ajustes de coesão e hierarquia com os filhos; o pai se percebe pouco envolvido com as crianças; e a filha se vê intimamente vinculada à figura materna, com quem apresentou semelhanças de percepções quanto à coesão e hierarquia parental. Pode-se concluir que, neste grupo, o vínculo materno parece favorável ao cumprimento das condicionalidades e para o desenvolvimento da criança beneficiária.

Palavras-chave: bolsa família, coesão, hierarquia.

Abstract

This article investigated how people who participate in Bolsa Família Program perceive parental cohesion and hierarchy in a riverside Amazonian context. This is a case study, which was attended by three members of a family group. Sociodemographic Inventory and Family System Test (FAST) were used. The results showed that: mother has a key role in the family, since she is directly involved in the adjustment of cohesion and hierarchy with her children; father represented himself distant from children; and daughter represented herself intimately linked to the mother figure, who had similar perceptions of parental cohesion and hierarchy. It can be concluded that, in this group, the maternal cohesion seems to be favorable to the fulfillment of conditionalities and to the development of the beneficiary child.

Keywords: bolsa família, cohesion, hierarchy.

Esta pesquisa tem por objetivo conhecer a percepção de membros familiares, beneficiários do Programa Bolsa Família, sobre a coesão e hierarquia parental em um contexto ribeirinho amazônico/BR. Para tal, buscou-se identificar a estrutura das relações parentais diante de situações típicas ideais e de conflito, vivenciadas no cotidiano dessas famílias.

A família exerce um papel importante na vida dos indivíduos, e é um contexto primordial para o desenvolvimento desses (Bronfenbrenner, 1996; Osório, 1996). Esta noção se deve à estabilidade de papéis desempenhados pelos membros familiares no decorrer do tempo, o que influencia a forma como as relações se concretizam e repercute na trajetória de desenvolvimento das novas gerações (Bronfenbrenner, 1996, 2005). Neste sentido, a pessoa e o grupo familiar mantêm relações interdependentes, ao ponto das mudanças que ocorrem na pessoa repercutirem na família, e vice-versa.

Além da interdependência entre o desenvolvimento do indivíduo e a família, há de se destacar que as mudanças que se processam ao longo do tempo na vida das pessoas estão relacionadas com o jogo dinâmico entre fatores intra e extrafamiliares (Bronfenbrenner, 1986). Portanto, o desenvolvimento humano é, em parte, o resultado da interação dinâmica entre os padrões de coesão e hierarquia que marcam as relações familiares (Wood, 1985) com aspectos de fora deste contexto, porém não menos importantes, como a cultura em que os sujeitos vivem e, de modo particular, as políticas públicas.

A coesão é definida pela proximidade afetiva, que envolve relações de amizade, união e de pertencimento ao grupo, estando relacionada com o desenvolvimento saudável e o bem-estar psicossocial de crianças, adolescentes e de famílias (De Antoni, Teodoro & Koller, 2009). Esta definição é confirmada por Johnson, Cowan e Cowan

(1999), que relacionam coesão à medida do quanto os membros de uma família parecem unidos e emocionalmente conectados uns com os outros.

De acordo com evidências empíricas, a coesão familiar está linearmente relacionada com resultados positivos, como desenvolvimento saudável e bem-estar psicossocial. Por outro lado, a baixa coesão está frequentemente ligada a situações de conflito entre os membros (Feldman & Gehring, 1988; Gehring & Marti, 1993), como as coalizões transgeracionais, existentes quando a relação no subsistema conjugal (marido-esposa) é menos coesa que a díade pai-criança ou mãe-criança (Gehring, 1993).

Além disso, Gehring, Marti e Sidler (1994) consideram que a ausência do pai nos eventos diários de famílias não clínicas tende a fazê-lo possuir uma percepção distorcida dos vínculos que se fazem presentes na realidade, levando-o a representar alta coesão na situação típica. Phares (1996) destaca que os homens continuam sendo representados e se autorrepresentando em papéis fora do centro das interações familiares, como, por exemplo, o cuidado dos filhos. Isso é decorrente de aspectos como pressões de trabalho e falta relativa de recompensa pelo engajamento nos cuidados das crianças. Por outro lado, Pelisoli, Teodoro e Dell'Aglio (2007) verificaram que mãe e filhas adolescentes eram mais próximas em todas as situações (atual, ideal e conflito), quando comparadas com o vínculo envolvendo outros membros familiares.

Apesar da importância da coesão nos grupos familiares, Minuchin (1982) salienta que a família não é uma sociedade de iguais. O funcionamento eficiente do sistema requer que pais e filhos exerçam sua autoridade de modo diferenciado. Assim, a noção de hierarquia envolve uma estrutura de poder, isto é, autoridade e o controle exercido por um membro da família sobre os demais. No entanto, para que o funcionamento da família seja saudável, a autoridade dos pais deve ocorrer com certo grau de flexibilidade. Por outro lado, a relação do casal de forma igualitária, exercendo

o equilíbrio de poder, também é indicada como característica favorecedora do bem estar familiar, de forma que a relação marital está diretamente ligada com os ajustes estabelecidos com os filhos (Feldman & Gehring, 1988; Gehring & Marti, 1993; Wood & Talmon, 1983).

Embora, tradicionalmente, a literatura indique a figura paterna ocupando um papel de destaque no sistema familiar (Barnett & Baruch, 1988; Lewis, 1997), tem emergido nos estudos de família uma maior atribuição hierárquica à mãe, provavelmente devido às mudanças sociais ocorridas nas últimas décadas. Conflitos entre os membros familiares, como a disputa entre irmãos pela atenção dos pais, são situações em que a mãe geralmente assume alta hierarquia com postura decisória. Sua figura, portanto, provê segurança, permanência e coesão dentro da família (De Antoni, Teodoro & Koller, 2009; Sartre et al., 1998).

A qualidade dos padrões de interação familiar, no entanto, não determina o desenvolvimento humano que também está sujeito a aspectos extrafamiliares, como o contexto cultural. Particularmente no Brasil, tal contexto é diversificado e expresso nos diferentes modos de vida de grupos familiares, influenciando na trajetória dos indivíduos. Isto ocorre, por exemplo, com os povos que vivem às margens dos rios da Amazônia.

Os ribeirinhos da Amazônia, caracterizados por um modo de vida dependente do ciclo da natureza, regulam seu cotidiano por meio do fenômeno das enchentes e vazantes (Santos & Trein, 2010). Com efeito, a dependência da natureza confere às famílias ribeirinhas uma maior frequência de interação entre seus membros quando comparadas com famílias de comunidades urbanas, o que pode redundar em estrutura familiar e trajetórias de desenvolvimento tipicamente adaptadas a este modo de vida (Mendes et al., 2008a). Esta frequente interação entre os membros na família sugere,

entre outros aspectos, que a realização de atividades conjuntas, como trabalho e lazer, direta ou indiretamente, pode influenciar a coesão e a hierarquia entre indivíduos.

Outro aspecto peculiar deste contexto é o fator gênero. Diferentemente dos centros urbanos, onde uma relação conjugal satisfatória caracteriza-se por padrões de relação mais igualitários, nas famílias ribeirinhas a divisão de papéis sustenta-se nas diferenças de gênero que são definidas com base em uma hierarquia rígida de poder (Reis, 2007; Silva, 2006; Silva & Simonian, 2006; Simonian, 2006). Para estes autores, a organização destas famílias lembra os chamados padrões tradicionais.

No modelo tradicional, homens e mulheres estão sujeitos a atividades diferenciadas, baseadas na hierarquia familiar. Assim, os papéis de gênero estabelecem que homens sejam provedores e chefes de família e mulheres sejam responsáveis pelo espaço doméstico, que envolve casa e adjacências, como também pela educação dos filhos (Amâncio & Wall, 2006; Monteiro, 2001). Entre as crianças, meninas ajudam suas mães nas tarefas domésticas e os meninos, com os pais, executam trabalhos considerados mais “pesados” (Reis, 2007; Silva, 2006; Silva, Pontes, Lima & Bucher-Maluschke, 2010).

Nestes termos, a cultura ribeirinha marca os padrões de coesão e hierarquia estabelecidos particularmente entre pais e filhos, o que repercute no funcionamento familiar e, conseqüentemente, no desenvolvimento humano. No entanto, além da cultura, as famílias ribeirinhas estão sujeitas a influências de outros fatores extrafamiliares, como as políticas públicas. Para Barreto, Bucher-Maluschke, Almeida e Desouza (2009), as macroinstituições, como os Governos Federal, Estadual e Municipal exercem influência preponderante na pessoa, interferindo nas interações de todos os níveis ambientais, uma vez que suas políticas públicas se refletem nos padrões reais e potenciais das inter-relações das pessoas e na organização da sociedade.

Desta forma, apesar das ações governamentais serem constituídas fora do ambiente familiar, seus reflexos podem ser percebidos em seu interior. É o que ocorre, particularmente, com o Programa Bolsa Família (PBF), cujas ações geram mudanças imediatas e de longo prazo nos grupos familiares e no desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Considerado o maior, e também uma inovação neste âmbito de programas que buscam proteger a família como um todo, o PBF beneficia mais de 12 milhões de grupos em condição de pobreza e extrema pobreza. Ao se tornarem beneficiários, porém, estes grupos são levados a ajustar seu funcionamento, uma vez que os pais devem cumprir com ações de educação e saúde voltadas aos mais jovens. Assim, o PBF transfere renda com condicionalidades visando, dentre outras coisas: combater a fome e a pobreza; promover o acesso à rede de serviços públicos; e criar possibilidades de emancipação sustentada dos grupos familiares (Caixa, 2011).

Ampliando os objetivos traçados, políticas desta natureza, voltadas para o aumento da autonomia das famílias em condição de pobreza, estabelecem também estreita relação com as oportunidades viabilizadas para as mães titulares. Isto se fundamenta no fato do PBF ter a mulher como foco prioritário para a titularidade do benefício e cumprimento das condicionalidades, tornando-a representante do grupo familiar. Nesse sentido, apesar de considerar a unidade familiar, o PBF confere maior autonomia, independência e, portanto, empoderamento, ao segmento feminino da população pobre e extremamente pobre (Costa, 2008; Moreira, 2010; Moreira, Almeida, Ferreira & Matta, 2010).

Com efeito, ao favorecer o empoderamento das mães, o PBF interfere no papel da mulher dentro da família. Isto ocorre, por exemplo, quando o programa oferece condições de aproximação (coesão) desta com os filhos, na medida em que deve

acompanhá-los no cumprimento de exigências de educação e saúde. Assim, mães e filhos são levados a buscar serviços sociais básicos, realizando conjuntamente atividades que integram a cidadania.

Dessa forma, mesmo não possuindo objetivos diretamente relacionados à coesão e hierarquia parental, o PBF repercute sobre tais estruturas, de forma que conhecê-las se mostra relevante na verificação das relações estabelecidas, ou seja, se favorecem o cumprimento de condicionalidades e, de forma mais ampla, o desenvolvimento das crianças. Se as relações parentais são essenciais para o desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 1996, 2005), são também fundamentais na viabilização de um programa que se propõe a investir nas novas gerações e criar condições de rompimento do ciclo de pobreza.

Apesar da relevância destas concepções, há pouco conhecimento científico acerca da coesão e hierarquia presentes nas relações parentais de famílias que participam do PBF, especialmente daquelas que vivem às margens dos rios, haja vista que muitas investigações de famílias beneficiárias estão relacionadas a fatores pontuais, como renda, índices de saúde e educação. Desta forma, a literatura sobre questões psicológicas decorrentes da participação no programa ainda é precária (Freire, Silva, Cavalcante & Pontes, no prelo).

Em função destes aspectos, esta pesquisa busca contribuir para o avanço da área, focalizando em um estudo de caso que permitirá conhecer as percepções familiares sobre coesão e hierarquia parental em famílias ribeirinhas beneficiárias do PBF em situações típicas, ideais e de conflito. Tal propósito poderá servir de auxílio no desenvolvimento de estratégias de suporte e intervenção familiar que favoreçam o sucesso do programa.

Método

Delineamento: Esta pesquisa foi baseada no delineamento de estudo de caso único (Yin, 2005), para descrever as características parentais de uma família, a partir da percepção de seus membros.

Participantes

Participou deste estudo, um grupo familiar beneficiário do Programa Bolsa Família que reside em um contexto ribeirinho amazônico/BR. Esta família foi escolhida por apresentar configuração nuclear e possuir, ao menos, uma criança de seis a onze anos regularmente matriculada no 1º ou 2º ciclo de uma escola municipal da ilha do Combu, estado do Pará/BR.

Ambiente

A ilha do Combu/BR apresenta uma extensão territorial de 15.972 km², constituindo-se a quarta maior ilha de Belém. Distante 9 km em linha reta do centro da capital do estado do Pará, a ilha é drenada pelos igarapés Combú e Piriquitaquara, como também pelos furos do Benedito e Paciência. Nesta área, vivem cerca de 227 famílias, totalizando 985 habitantes, aproximadamente 469 homens e 516 mulheres (Dergan, 2006; Teixeira & Alves, 2008).

Apesar das riquezas naturais, manifestas nas matas e nos rios, como também da proximidade com o centro da capital (Belém/BR), a ilha do Combu/BR apresenta dificuldades diversas, tais como a presença de apenas uma unidade de saúde, carência de água potável e saneamento básico. No âmbito educacional, três unidades pedagógicas estão disponíveis, porém permitem o acesso até o 2º ciclo do ensino fundamental, o que corresponde à antiga quarta série.

Para Teixeira e Alves (2008), apesar deste contexto ser diferenciado das cidades mais urbanizadas, muitos moradores da ilha do Combu/BR convivem com as duas realidades. A proximidade com o centro de Belém permite que, rotineiramente, haja travessia à capital para vender os recursos extraídos da floresta, efetuar compras, frequentar aulas ou realizar pequenos serviços, o que concorre para a construção de um modo de vida bastante peculiar.

Diante disto, embora o cotidiano ribeirinho ainda apresente ações, ditas, tradicionais, como divisão de papéis baseado em gênero, esta população está inserida em um processo de transformação no seu modo de viver. Suas manifestações culturais e sociais se expandem pelo mundo urbano e vice-versa, assimilando algumas práticas e rejeitando outras (Fraxe, Witkoski & Miguez, 2009).

Instrumentos

Inventário Sociodemográfico:

Este instrumento foi adaptado de Mendes et al. (2008b) e permite fazer uma caracterização das famílias. Sua constituição abrange: a identificação pessoal dos membros familiares; a composição do grupo; as características do domicílio e saneamento básico; e as características econômicas.

Family System Test - FAST:

É um teste que permite descrever e analisar a estrutura e dinâmica das relações familiares por meio da configuração das fronteiras existentes no sistema e seus subsistemas, utilizando coesão e hierarquia como variáveis (Gehring, 1993; Teodoro, 2006). Vários estudos no Brasil já utilizaram o FAST e mostraram sua aplicabilidade na

análise das relações familiares (De Antoni, Teodoro & Koller, 2009; Falcão & Bucher-Maluschke, 2009; Freitas, Silva & Pontes, 2012; Pelisoli & Dell'aglio, 2008).

Este instrumento é constituído por um tabuleiro dividido em oitenta e um quadrados. Suas peças, confeccionadas em madeira, são compostas por bonecos que representam figuras masculinas e femininas, além de blocos cilíndricos com três diferentes alturas. No momento da aplicação, solicita-se ao participante que represente sua família no tabuleiro em três situações: a primeira é uma representação típica ou cotidiana, a segunda envolve uma configuração familiar ideal e a terceira corresponde a uma situação de conflito. Uma folha de registro acompanha o FAST, na qual são anotadas as respostas fornecidas.

Procedimentos iniciais, de coleta e análise:

Primeiramente realizou-se contato com uma escola da ilha, onde se iniciou a inserção ecológica (Cecconelo & Koller, 2003). Houve uma pré-seleção de crianças que atendiam aos critérios de configuração familiar, idade e ciclo. Uma destas e sua família foram selecionadas, por apresentar disponibilidade (Silva, Pontes, Lima & Bucher-Maluschke, 2010), assinando o Termo de Consentimento Livre e esclarecido. Este documento integrou o projeto previamente aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Pará, sob o registro nº 203/10.

Em seguida, iniciaram-se as visitas na casa da família selecionada, com o Inventário Sociodemográfico sendo utilizado como instrumento de inserção (Mendes, 2008). Nos encontros posteriores, o FAST foi aplicado com os membros da família isoladamente. A análise do ISD permitiu traçar um perfil da família enquanto a percepção das variáveis coesão e hierarquia do FAST foi analisada nas três representações (típica, ideal e conflito). A coesão foi calculada pela proximidade entre

os bonecos dispostos no tabuleiro e a hierarquia pelo número e altura dos cilindros utilizados na base dos bonecos.

Resultados e Discussão

Dados gerais da família

Esta família possui quatro membros, cujos nomes foram substituídos para resguardar a identidade dos participantes: João e Sarah (pais), Selena e Joel (filhos), como pode ser visualizado na Figura 1.

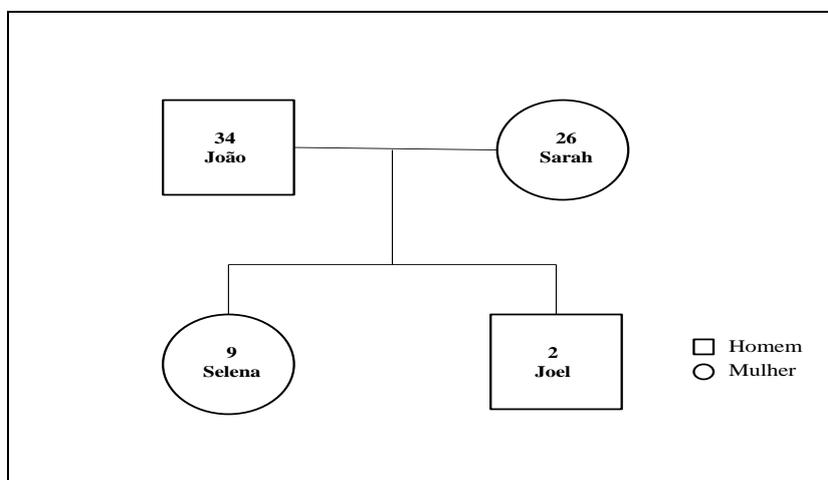


Figura 1: Genograma da família

Após finalizar a parte do ensino fundamental na ilha onde mora, Sarah conseguiu continuar os estudos em uma escola fora da ilha, localizada no centro da capital (Belém), concluindo o ensino médio. João chegou a iniciar os estudos em Belém, porém não prosseguiu, interrompendo-os no ensino fundamental. Atualmente, ambos trabalham com o extrativismo do açaí. Selena, com nove anos de idade, cursa o 2º ciclo (antiga 3ª série) e é a única dos filhos inscrita no PBF. Joel, com dois anos, ainda não frequenta a escola.

A residência da família é própria, de madeira, possuindo três cômodos: sala, quarto, cozinha. Dentre os principais utensílios, pode-se citar fogão, televisão, rádio, cama e sofá. A energia utilizada na residência vem de um gerador particular. Para fins de consumo, a família compra garrações de água de poço em um barco que regularmente abastece o local, purificando-a por meio de fervura. O lixo é queimado.

Esta família assemelha-se àquelas de outras comunidades ribeirinhas, especialmente, em termos de estrutura familiar (Silva, 2006), saneamento básico ineficiente e vulnerabilidade social (Scherer, 2004). No entanto a proximidade da ilha em relação à capital permitiu alcances de nível educacional que comunidades mais isoladas não dispõem (Mendes et al., 2008b).

Há quatro anos a família foi selecionada a integrar o PBF, cujo cadastro foi viabilizado por meio de uma escola municipal da ilha. A mãe é a titular do cartão e responsável pela ida ao banco para receber o valor de R\$ 90,00 referentes apenas à filha Selena, embora atualmente as famílias possam cadastrar até cinco filhos neste programa (MDS, 2012). O atraso na inclusão da outra criança no programa revela dificuldades de acesso aos órgãos responsáveis pela atualização do cadastro ou demora do conhecimento desta família sobre a possibilidade de inclusão de vários filhos.

Coesão e hierarquia parental

A Tabela 1 mostra as representações de coesão e hierarquia parental de acordo com os diferentes membros familiares. Suas percepções serão apresentadas individualmente nos três sub-tópicos que seguem: o primeiro referente à Sarah, o segundo na perspectiva de João e o terceiro referente à Selena.

Tabela 1: Coesão e hierarquia parental na percepção de Sarah

		Típica	Ideal	Conflito
Sarah	Coesão	Alta coesão na díade Sarah-Selena e João-Joel; e média coesão entre João-Selena e Sarah-Joel.	Alta coesão na díade Sarah-Selena e média coesão entre Sarah-Joel.	Média coesão na díade Sarah-Selena e baixa coesão entre Sarah-Joel.
	Hierarquia	A mãe detém a maior autoridade parental.	O pai detém a maior autoridade parental.	A mãe detém a maior autoridade parental.
João	Coesão	Alta coesão na díade Sarah-Selena e baixa coesão entre João-Joel, João-Selena e Sarah-Joel.	Alta coesão na díade Sarah-Selena e baixa coesão entre João-Joel, João-Selena e Sarah-Joel.	Alta coesão na díade Sarah-Selena e baixa coesão entre João-Joel, João-Selena e Sarah-Joel.
	Hierarquia	A autoridade parental é compartilhada entre os pais.	A mãe detém a maior autoridade parental.	A mãe detém a maior autoridade parental.
Selena	Coesão	Alta coesão nas díades Sarah-Selena e João-Joel; e média coesão entre João-Selena e Sarah-Joel.	Alta coesão nas díades Sarah-Selena e João-Joel; e média coesão entre João-Selena e Sarah-Joel.	Alta coesão nas díades Sarah-Selena, Sarah-Joel, João-Selena e João-Joel.
	Hierarquia	A mãe detém a maior autoridade parental.	A mãe detém a maior autoridade parental.	A mãe detém a maior autoridade parental.

Percepções de Sarah sobre coesão e hierarquia parental:

Em situações típicas, Sarah posiciona sua figura ao lado daquela que corresponde a de sua filha, e coloca o filho ao lado da figura do pai, representando alta coesão na díade Sarah-Selena e João-Joel; como também média coesão entre João-Selena e Sarah-Joel (ver Tabela 1). A maior proximidade da mãe com a filha e do pai com o filho talvez esteja relacionada à divisão de papéis por gênero característico de ambiente ribeirinho, o que concorda com os achados de Reis (2007) e Silva (2006) sobre a mãe ser acompanhada pela filha, enquanto que os meninos acompanham o pai.

Além das questões relacionadas ao gênero, Sarah deve prestar assistência a Selena em compromissos de educação e saúde, exigidos para a concessão do benefício do PBF. No caso do acompanhamento em atividades escolares, a alta coesão entre Sarah e Selena pode ser exemplificada pela execução de atividades que favorecem o sucesso acadêmico, tais como manter contato com professores em reuniões, se preocupar com o rendimento da filha e ajudar nos trabalhos escolares.

“Ir às reuniões, eu sempre fui, graças a Deus. Só se for caso mesmo de muita necessidade eu faltar uma reunião. Ir *na* escola, *tá* indo lá, perguntando como ela *tá*, perguntando para a professora dela que eu conheço, *né?* Que sempre eu *tô* perto, como *é* que *é* o rendimento dela na escola. *É* lendo e ajudando nos trabalhos”.

Esta iniciativa de participar da vida acadêmica e viabilizar o cumprimento de condicionalidades que garantam a permanência do benefício é coerente com a percepção de Sarah de possuir o maior poder na família. Tal autoridade é exercida com média hierarquia sobre os filhos e é representada pela afirmação: “Olha, quem é a controladora daqui sou eu”. Nestes termos, Sarah demonstra autonomia e nível hierárquico que remetem os achados de Costa (2008), Moreira (2010) e Moreira, Almeida, Ferreira & Matta (2010), sobre o empoderamento das mães que participam do PBF.

As representações de coesão e hierarquia de Sara em situação típica sofrem pouca variação quando está envolvida numa situação ideal. Neste caso, a mãe gostaria que a coesão entre ela e os filhos fosse a mesma da que é percebida tipicamente, isto é, alta coesão entre ela e Selena, com média coesão na relação com Joel. Distintamente, porém, Sarah revela o desejo de que o marido assuma a autoridade sobre os filhos, com

alta hierarquia. Tal anseio pela maior autoridade de João faz parte do papel exercido por homens em famílias tradicionais, conforme destacado por Amâncio e Wall (2006) e Monteiro (2001).

Por outro lado, as situações de conflito foram descritas por Sarah como pouco frequentes, geralmente, ocorrendo entre ela e o marido: “Uma vez a gente brigou *do nada*, e *aí* vai aquela discussão e *ai* já vai aumentando, aumentando, e *aí* quando vê, já está fora de controle; *aí* eu já parti para a agressividade e ele também, mas nada que deixasse algum roxo ou machucado”. No entanto, apesar de envolver o sistema conjugal, os conflitos se refletem nas relações parentais de Sarah, uma vez que reduz sua coesão com os filhos. Desta forma, o conflito é percebido como um momento de baixa coesão parental, em que Sarah assume a maior autoridade sobre os filhos.

Nas representações de Sarah, portanto, verifica-se que a mãe tem um papel fundamental na família, uma vez que está diretamente envolvida nos ajustes de coesão e hierarquia parental. Em relação à coesão, se coloca próxima dos filhos, embora expresse maior vínculo com a filha. Em relação à hierarquia, se vê exercendo maior poder no cotidiano, mas desejaria que o marido pudesse detê-lo, particularmente, sobre os filhos.

Percepção de João sobre coesão e hierarquia parental:

Em situações típicas, João posiciona sua figura ao lado daquela correspondente a de sua esposa; ele coloca a figura da filha em outro quadrante, ao lado da mãe, e posiciona o filho ao lado da irmã, o que representa alta coesão entre Sarah-Selena e baixa coesão nas díades João-Joel, João-Selena e Sarah-Joel (ver Tabela 1). Esta disposição sugere que o pai se vê distante dos filhos, porém se percebe conectado a eles por meio da esposa.

Dessa forma, João parece atribuir à mãe a responsabilidade de maior aproximação e cuidado com os filhos, preferindo estabelecer uma função parental menos direta, provavelmente baseada na provisão de subsistência. Tais características remetem às divisões de papéis baseadas em gênero, conforme Reis (2007); Silva (2006); Silva e Simonian (2006); Simonian, (2006). Elas também podem estar associadas às pressões de trabalho e à falta relativa de recompensa pelo engajamento dos pais nos cuidados das crianças, como aponta Phares (1996).

Por outro lado, à semelhança da percepção de Sarah, João indica que o vínculo da esposa com a filha é maior do que o vínculo entre a esposa e o filho. A relação fragilizada da mãe para com Joel, especialmente, talvez ocorra em virtude do não planejamento de um segundo filho por parte deste casal, agravado pelo fato da criança ter nascido com uma malformação labial que demanda cuidados especiais, como a necessidade de tratamento cirúrgico.

Além das representações de coesão, o pai percebe que a autoridade sobre os filhos é compartilhada entre ele e a esposa, o que pode indicar um possível equilíbrio de poder. Portanto, a representação hierárquica de João, que envolve a participação da figura materna, pode estar elucidando condições parentais mais favoráveis de desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1996, 2005).

Em relação às situações ideais, houve dificuldades por parte de João em representar a família, o que talvez possa ter ocorrido devido a aspectos como o não entendimento das instruções e/ou dificuldades em elaborar uma visão idealizada de família. Depois de repetidos esclarecimentos acerca da situação ideal, João representou no tabuleiro que gostaria de manter os vínculos parentais da mesma forma como ele percebe tipicamente, isto é, filhos mais vinculados à figura materna, com alta coesão na díade Sarah-Selena e baixa coesão entre João-Joel, João-Selena e Sarah-Joel. No

entanto, manifestou desejo de que a esposa assumisse o maior poder sobre os filhos e na família como um todo (ver Tabela 1).

Esta idealização de que a esposa exerça a maior hierarquia contrasta com a percepção de Sarah, uma vez que ela gostaria que João assumisse tal postura. Desta forma, um cônjuge desejaria ver o outro com maior poder parental talvez por não querer assumir a autoridade ou por não haver reconhecimento de exercício de poder na figura do parceiro. Especificamente na representação do marido, a hierarquia parental em situações ideais pode estar ligada à influência do contexto urbano, frequentado regularmente por João e Sarah, em que mudanças sociais e de configuração familiar concederam à mulher um papel de destaque dentro da família, como apontam De Antoni, Teodoro e Koller (2009) e Sartre et al. (1998).

Em situações de conflito, João fez apenas uma alteração na organização do tabuleiro: afastou sua figura daquela que representa sua esposa. Assim a coesão com os filhos não diferiu das situações típicas e ideais, isto é, alta coesão na díade Sarah-Selena e baixa coesão entre João-Joel, João-Selena e Sarah-Joel. Neste caso, porém, a menor proximidade de João com as crianças foi justificada pelo fato das mesmas preferirem ficar com a mãe durante os desentendimentos: “É porque quando a gente brigava, os meninos iam mais para o lado dela”.

O conflito representado, coerente com a percepção de Sarah, elucidou desavenças conjugais em que a mãe exerceu maior poder, representando um momento difícil para toda família: “Olha foi uma discussão sim, com ela (esposa) sim. É errado, mas quer o quê? Na hora foi feio, mas depois... a situação melhorou”. Nesta família, portanto, houve conflitos que, embora tenham ocorrido a nível conjugal, fragilizaram a coesão parental de João, remetendo aos argumentos de Feldman e Gehring (1988),

Gehring e Marti (1993), Wood e Talmon (1983) sobre a relação marital estar diretamente ligada com os ajustes estabelecidos com os filhos.

Nas representações de João, ficam evidentes suas concepções tradicionais acerca da coesão parental. Dessa forma, ele se percebe pouco vinculado às crianças, atribuindo esta função à esposa, o que concorda com os achados de Amâncio e Wall (2006) e Monteiro (2001) sobre os homens se manterem na posição de provedores e chefes de família, fragilizando o vínculo parental. Todavia, em suas percepções hierárquicas, o pai não apenas compartilha autoridade com a esposa, como também gostaria que ela exercesse o maior poder sobre os filhos e na família, rompendo com padrões tradicionais.

Percepção de Selena sobre coesão e hierarquia parental:

Em situações típicas, Selena posiciona a figura da mãe ao seu lado e a figura do pai ao lado da figura referente ao irmão, evidenciando maior vínculo nas díades mãe-filha e pai-filho (ver Tabela 1). Nesta situação, verifica-se que a percepção de Selena é semelhante com a de sua mãe, confirmando a divisão de papéis por gênero, estabelecida na família. Complementarmente, a criança percebe que sua mãe possui mais autoridade nas situações cotidianas, embora também reconheça que o pai tem poder hierárquico.

Em uma perspectiva ideal, Selena gostaria que a coesão existente entre ela e seus familiares continuasse da mesma forma como ela percebe tipicamente. Isto representa, especialmente, alto vínculo entre ela e sua mãe, assim como entre o pai e Joel. Por sua vez, a autoridade dos pais deveria continuar alta, detendo a mãe o maior poder. Verifica-se, portanto, que a compatibilidade de representações nas situações típica e ideal pode indicar que Selena se vê num ambiente favorável, querendo mantê-lo, uma vez que tem a preferência de vínculo por parte da mãe, figura percebida pela criança com maior controle sobre os filhos e da família.

Por outro lado, em situação de conflito, Selena representa uma maior proximidade da figura dos pais para com ela e seu irmão, com alta coesão nas díades Sarah-Selena, Sarah-Joel, João-Selena e João-Joel. Neste caso, a filha elucidou um momento de briga entre sua mãe e pai em que houve uma aproximação de ambos com as crianças, porém segundo ela: “estavam mais perto eu, o Joel e a mamãe”. Tal representação em situações conflituosas difere das apresentadas por Sarah e João, uma vez que estes indicaram haver menor coesão com os filhos. No entanto a filha se assemelha aos pais quando refere que a mãe detém maior poder parental.

Analisando as representações de Selena, verifica-se que mãe e filha estão intimamente vinculadas, culminando em coerência de percepção em várias relações parentais. Esta proximidade também foi encontrada em outros grupos e contextos, tais como em adolescentes destacados por Pelisoli, Teodoro e Dell’Aglia (2007). Portanto, Selena se vê acolhida pela mãe e menos vinculada ao pai, apesar de reconhecer sua autoridade.

Considerações Finais

O desenvolvimento humano é caracterizado por uma natureza multideterminada, em que fatores intra e extrafamiliares atuam. Nesse sentido, a coesão e hierarquia entre pais e filhos, sujeita às influências da cultura e políticas públicas, podem interferir na trajetória de desenvolvimento de diversas crianças brasileiras que participam do PBF em contexto ribeirinho.

Analisando a percepção dos membros familiares, foram verificados os ajustes de coesão e hierarquia parental de uma família ribeirinha. Para a mãe, foi evidenciado um papel central em que exerce o maior poder hierárquico e se envolve no cuidado e vínculo com os filhos, intermediando também os seus relacionamentos com o pai. Este, por sua vez, se coloca distante das crianças, provavelmente se omitindo do papel

parental. A filha mostrou-se muito vinculada à mãe, com quem apresentou coerência de percepções. Neste grupo, portanto, apesar da coesão remeter aos padrões tradicionais de famílias ribeirinhas, a hierarquia se mostra diferenciada, com atribuição de poder parental voltado, essencialmente, à figura materna.

As mulheres, conforme destacado anteriormente, ao serem as titulares preferenciais do programa, se responsabilizando pelo cumprimento das condicionalidades, assumem uma posição que pode promover seu empoderamento, mas também pode repercutir na *feminilização* da pobreza. Este termo está relacionado à ideia de que as mulheres vêm se tornando mais pobres do que os homens ao longo do tempo, uma vez que são responsabilizadas pela manutenção da família e cuidado com os filhos, o que dificulta sua capacitação e inserção no mercado de trabalho (Lucas & Hoff, 2008; Novellino, 2004).

Nesse sentido, ainda que o PBF não se constitua em uma política de gênero, seus efeitos podem repercutir nas funções parentais, principalmente maternas. Tais efeitos parecem benéficos para o desenvolvimento de Selena, pois se percebe acolhida pela mãe que é a figura percebida com maior poder e destaque na família. Por outro lado, parecem menos favoráveis para Joel, uma vez que é percebido com maior proximidade do pai, figura menos envolvida no cuidado e acompanhamento dos filhos. Assim, apesar do PBF ser direcionado ao segmento feminino, prioritariamente, estratégias complementares poderiam estimular um maior envolvimento paterno, como no cuidado e educação dos filhos, em particular, em contextos como o ribeirinho onde os papéis de gênero ainda são estabelecidos de acordo com padrões tradicionais.

O estudo desta família possui limitações inerentes a toda pesquisa qualitativa, pois se restringe aos dados obtidos e não objetivam a generalização estatística (Newman & Benz, 1998). Mesmo assim, optou-se pela pesquisa qualitativa tendo como

fundamento as concepções de teóricos sistêmicos que enfatizam a importância de conhecer a perspectiva de vários membros de uma mesma família em diferentes contextos (Gehring, Marti & Sidler, 1994; Minuchin, 1985).

Neste estudo foram elucidadas as perspectivas de diferentes membros residentes do contexto ribeirinho acerca da coesão e hierarquia parental e suas implicações para a execução do PBF. Tais dimensões, quando favoráveis, são concretizadas em suportes e incentivos dos pais para que as crianças tenham acesso aos serviços de educação e saúde, cumprindo as condicionalidades do PBF. Sugere-se, assim, avançar no conhecimento de famílias ribeirinhas beneficiárias do PBF, incluindo outros delineamentos e um maior número de integrantes, de forma que sejam conhecidas as possibilidades de alcance de metas do PBF, além das condições de desenvolvimento colocadas às novas gerações.

Referências

- Amâncio, L., & Wall, K. (2006). Família e papéis de gênero: alguns dados recentes do Family and Gender Survey (ISSP). Lisboa: Working Paper apresentado no Seminário Família e Gênero em Portugal e na Europa, ICS. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/LigiaAmancio.pdf> Acesso em 17/07/2011.
- Barnett, R. C. & Baruch, G. K. (1998). Correlates of fathers' participation in family work. In P. Bronstein & C. P. Cowan (Org.). *Fatherhood today: Men's changing role in the family*. New York: Wiley.
- Barreto, A. C., Bucher-Maluschke, J. S. N. F., Almeida, P. C. & DeSouza, E. (2009). Desenvolvimento humano e violência de gênero: uma integração bioecológica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22, 86-92.
- Bronfenbrenner, U. (1986). The ecology of the family as a context for human development. *Developmental Psychology*, 22, 723-742.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bronfenbrenner, U. (2005). *Making human beings human: Bioecological Perspectives on human development*. California: Sage publications.
- Caixa (Caixa Econômica Federal). (2011). Disponível em http://www.caixa.gov.br/voce/social/transferencia/bolsa_familia/index.asp. Acesso em 03/05/2011.
- Cecconello, A. M., & Koller, S. H. M. (2003). Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 16 (3).
- Costa, D. M. (2008). *Considerações sobre o Programa Bolsa Família: implicações para o empoderamento e a autonomia das mulheres*. IBASE/REDES/FINEP. Disponível em: www.ipc-undp.org/publications/mds/29P.pdf Acesso em 04/09/2010
- De Antoni, C., Teodoro, M. L. M., & Koller, S. H. (2009). Coesão e hierarquia em famílias fisicamente abusivas. *Universitas Psychologica*, 8, 399-411.
- Dergan, J. M. B. (2006). *História, memória e natureza: as comunidades da ilha do Combu-Belém-Pa* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Pará, Belém.

- Falcão, D. V. S., & Bucher-Maluschke J. S. N. F. (2009). O impacto da doença de alzheimer nas relações intergeracionais. *Psicologia Clínica*, 21 (1), 137-152.
- Feldman, S. S. & Gehring, T. M. (1988). Changing perceptions of family cohesion and power across adolescence. *Child Development*, 59, 1034-1045.
- Fraxe, T. J. P., Witkoski, A. C., & Miguez, S. F. (2009). O ser da Amazônia: identidade e invisibilidade. *Ciência e Cultura*, 61(3).
- Freire, V.R.B.P., Silva, S.S.C., Cavalcante, L.I.C., Pontes, F.A.R. (no prelo). O Programa Bolsa Família como estratégia de combate à pobreza em dissertações e teses no Brasil. Manuscrito submetido para publicação.
- Freitas, H. R. M., Silva, S. S. C. S., & Pontes, F. A. R. (2012). Percepção de conflito em uma família recasada constituída por um filho com paralisia cerebral. *Revista brasileira de educação especial*. Manuscrito aceito para publicação.
- Gehing, T. M. & Marti, D. (1993). The architecture of family structures: Toward a spatial concept for measuring cohesion and hierarchy. *Family Process*, 32, 135-139.
- Gehing, T. M., Marti, D. & Sidler, A. (1994). Family system test (FAST): Are pares and children's family constructs either different or similar, or both? *Child Psychiatry and Human Development*, 25(2), 125-138.
- Gehring, T. M. (1993). *Family System Test (FAST)*. Göttingen: Hogrefe & Huber Publishers.
- Johnson, V., Cowan, P. A., & Cowan, C. P. (1999). Children's classroom behavior- The unique contribution of family organization. *Journal of Family Psychology*, 13, 355-371.
- Lewis, C. (1997). Fathers and preschoolers. In M. Lamb (Org.), *The role of the father in child development*. New York: Wiley.
- Lucas, L., & Hoff, T. (2008). Formas sutis de dominação hierarquizada: Corpo e feminização da pobreza. *Ex Aequo*, 17, 133-154.
- Mendes, L. S. A. (2008). *A escola enquanto contexto de desenvolvimento: um estudo ecológico em uma comunidade ribeirinha na ilha do Marajó* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Pará, Pará.
- Mendes L. S. A., Pontes, F. A. R., Silva, S. S. C., Bucher-Maluschke, J. S. N. F., Reis, D. C., & Silva, S. D. B. (2008a). Inserção ecológica no contexto de uma comunidade ribeirinha amazônica. *Interamerican Journal of Psychology*, 42 (1).

- Mendes, L. S. A., Ramos, T. S., Pontes, F. A. R., Reis, D. C., Silva, S. S. C. & Silva, S. D. B. (2008b). A prática docente em uma escola ribeirinha na ilha do Marajó: um estudo preliminar em contexto naturalístico. *Educação*, 31 (1), 80-87.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome [MDS]. (2012). Disponível em www.mds.gov.br/bolsafamilia Acesso em 16/02/2012.
- Minuchin, S. (1982). *Famílias: funcionamento & tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Minuchin, P. (1985). Families and individual development: Provocations from the field of family therapy. *Child Development*, 56, 289-302.
- Monteiro, A. M. (2001). Avanços no estudo da conjugalidade: os casais de dupla carreira. *Psicologia: Ciência e Profissão*, vol. 21, n. 3, pp. 10-19.
- Moreira, N. C. (2010). *Programa Bolsa Família e o empoderamento das mulheres em Minas Gerais* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Viçosa.
- Moreira, N. C., Almeida, A. L. T., Ferreira, M. A. M., & Matta, I. B. (2010). Programa de transferência de renda mínima e atividade complementar de renda: uma análise sobre o empoderamento das mulheres. *Revista de Ciências Humanas*, 10, 198-210.
- Newman, J., & Benz, J. N. (1998). *Research methodology: Qualitative quantitative*. Illinois: Illinois University.
- Novelino, M. S. F. (2004). Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, MG, Disponível em: www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_51.pdf Acesso em 13/11/2010.
- Osório, L. C. (1996). *Família hoje*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Pelisoli, C. L., & Dell'aglio, D. D. (2008). Do segredo à possibilidade de reparação: Um estudo de caso sobre relacionamentos familiares no abuso sexual. *Contextos clínicos*, 1(2), 49-60.
- Pelisoli, C.; Teodoro, M. L. M. & Dell'Aglio, D. D. (2007). A percepção de família em vítimas de abuso sexual intrafamiliar: estudo de caso. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 59(2), 256-269.
- Phares, V. (1996). *Fathers and developmental psychopathology*. New York: Wiley.
- Reis, D. C. (2007). *Cultura da brincadeira em uma comunidade ribeirinha na ilha do Marajó* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Pará (UFPA).
- Santos, A. R., & Trein, E. S. (2010). A Educação Ambiental no contexto ribeirinho amazônico. *Revista de Estudos Universitários*, 36, 181-200.

- Sartre, O. R., Stiefel, F., Leyvraz, S., Bauer, J., Gehring, T. M. & Guex, P. (1998). The Family System Test (FAST): A pilot study in families with a young adult member with cancer. *Support Care Cancer*, 6, 416-420.
- Scherer, E. F. (2004). Mosaico Terra-Água: a vulnerabilidade social ribeirinha na Amazônia. Em Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Org.). Anais do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Silva, C. N., & Simonian, L. T. L. (2006). A questão de gênero: um breve estudo no estuário Amazônico. *Papers do NAEA (UFPA)*, 1, 1-17.
- Silva, S. S. C. (2006). *Estrutura e dinâmica das relações familiares de uma comunidade ribeirinha da região amazônica* (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília, Brasília.
- Silva, S.S.C., Pontes, F. A. R., Lima, L. C., & Bucher-Maluschke, J. S. N. F. (2010). Rede Social e Papéis de Gênero de Casais Ribeirinhos de uma Comunidade Amazônica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26 (4), 605-612.
- Simonian, L. T. L. (2006). Pescadoras de camarão: gênero, mobilização e sustentabilidade na ilha Trambioca, Barcarena, Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, 1(2), 35-52.
- Teixeira, S. R. S., & Alves, J. M. O. (2008). Contexto das Brincadeiras das Crianças Ribeirinhas da Ilha do Combu. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(3), 374-382.
- Teodoro, M. L. M. (2006). Afetividade e conflito em díades familiares: avaliação com o familiograma. *Revista Interamericana de Psicologia*, 40(3), 385-390.
- Wood, B. & Talmon, M. (1983). Family boundaries in transition: A search for alternatives. *Family Process*, 22, 347-357.
- Wood, B. (1985). Proximity and hierarchy: Orthogonal dimensions of family interconnectedness. *Family Process*, 24, 497-507.
- Yin, R. K. (2005). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.

CAPÍTULO V

Considerações Finais

A pobreza constitui uma marca em muitos grupos familiares no Brasil, repercutindo nos padrões de relacionamento entre seus membros e destes com contextos como a escola. A carência extrema de recursos que garanta a sobrevivência de seus membros representa um fator de risco principalmente para as gerações mais jovens, haja vista que dificulta ou impede o exercício de ações como as de proteção e educação. Dessa forma, a pobreza representa um risco porque se trata de um fator que não se traduz apenas na escassez de renda, mas também em insuficiência de desenvolvimento.

Considerando os riscos conferidos por esta condição econômica e social, o Programa Bolsa Família surgiu como uma estratégia do governo brasileiro que se propõe a reduzir a pobreza e investir nas novas gerações. Para isso, transfere renda mensalmente, porém exige contrapartidas, especialmente, de educação e saúde das famílias beneficiárias.

Diante destes aspectos, os estudos desta dissertação permitiram um entendimento mais amplo das questões psicológicas decorrentes da participação de comunidades ribeirinhas da Amazônia no PBF, contribuindo com a literatura da área. Como também, elucidaram a necessidade de estratégias psicossociais de intervenção que garantam o sucesso do programa. Tais contribuições foram possíveis por meio da investigação dos ajustes familiares de ribeirinhos residentes de uma comunidade na Amazônia frente às demandas do Programa Bolsa Família (PBF), a partir: do levantamento de dados acerca do programa e do perfil das Dissertações e Teses; da descrição da rotina acadêmica de crianças participantes do programa; e de um estudo de caso que elucidou a coesão e hierarquia parental em uma família de beneficiários.

Por meio da revisão de literatura foi possível ter um aprofundamento do tema e conhecer o perfil das pesquisas que tiveram como foco o PBF. A maioria das pesquisas foi composta de dissertações de mestrado acadêmico, em que diversas áreas de conhecimento estão envolvidas, com predominância de Serviço Social e Economia. Como também, pode-se verificar que os estudos investigados não apontam um consenso sobre a consolidação do PBF como estratégia de combate à pobreza, uma vez que foram predominantes as pesquisas que não indicavam efeitos conclusivos positivos ou negativos do programa.

Uma das razões para esta falta de consenso foi evidenciada na investigação da rotina acadêmica de crianças beneficiárias. Verificou-se que, por um lado, havia compromisso das famílias com a frequência escolar dos seus filhos, o que se constitui como um fator favorável ao desenvolvimento. Por outro lado, não foi observado compromissos com atividades de dever de casa ou leitura fora da escola, dificultando o sucesso acadêmico e, conseqüentemente, o objetivo do PBF de emancipação dos grupos familiares. Portanto, há ganhos quando se percebe que as crianças freqüentam a escola, porém há perdas quando não há incentivos e compromisso familiar fora do ambiente acadêmico.

Além da análise de rotinas, procedeu-se com investigação de um estudo de caso sobre o funcionamento das famílias, uma vez que apesar do PBF existir no âmbito das políticas públicas, seus efeitos atuam sobre os ajustes familiares. Especificamente, investigou-se a coesão e hierarquia parental, a partir da perspectiva de membros beneficiários que residem em um contexto ribeirinho amazônico.

Verificou-se que a mãe tem um papel fundamental na família, uma vez que está diretamente envolvida nos ajustes de coesão e hierarquia com os filhos, servindo também como elo entre o marido e as crianças. O Pai, por sua vez, se mostrou pouco

envolvido com os filhos, atribuindo-lhes maior coesão com a mãe. Por fim, a filha se vê intimamente vinculada à figura materna, com quem apresentou semelhantes percepções de coesão e hierarquia parental. Verifica-se que, neste grupo, o vínculo materno foi favorável ao cumprimento de condicionalidades e para a função de investir no desenvolvimento, especialmente, da criança beneficiária.

Os resultados obtidos neste trabalho limitam-se às respectivas amostras utilizadas em cada estudo. Outra limitação diz respeito aos instrumentos utilizados no contexto ribeirinho investigado. De acordo com Silva, Santos, Pontes e Bucher-Maluschke (2011), o desenvolvimento de um estudo que descreva as relações familiares e as associe ao cotidiano específico de comunidades, como a ribeirinha, não é uma tarefa fácil em termos metodológicos, devido à prevalência de instrumentos que não consideram as peculiaridades do contexto ribeirinho.

O Family System Test (FAST) foi, particularmente, desafiador, devido à dificuldade dos indivíduos participantes da pesquisa em expressar, no ato da aplicação, opiniões que poderiam ser utilizadas na complementação dos dados de coesão e hierarquia. Esta limitada expressão verbal também foi relatada em estudos de outras famílias ribeirinhas (Mendes et al, 2008; Reis, 2007; Silva, Santos, Pontes & Bucher-Maluschke, 2011), o que provavelmente se deve ao fato do homem ribeirinho ser uma pessoa que apresenta dificuldades para se comunicar, organizar seus pensamentos e revelá-los através da linguagem oral.

Para futuras pesquisas, destaca-se a importância de estudos longitudinais, que investiguem o funcionamento de famílias antes e depois de tornarem-se beneficiárias. Desta forma, seria possível conhecer possíveis impactos do PBF sobre os relacionamentos familiares em contexto ribeirinho, destacando suas influências sobre o desenvolvimento.

Seria importante, ainda, conhecer a relevância de outras atividades que compõem a rotina de crianças ribeirinhas e suas famílias que participam do PBF, como lazer e trabalho. No caso do lazer, seria possível verificar o orçamento de tempo gasto com atividades desta natureza e suas implicações para o desenvolvimento. No caso do trabalho, sugere-se investigar as repercussões do PBF na participação da criança no mundo do trabalho ribeirinho. Estes são alguns delineamentos de pesquisa que também poderiam contribuir para a literatura da área e para um melhor entendimento do funcionamento das famílias ribeirinhas beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Referências

- Barreto, A. C., Bucher-Maluschke, J. S. N. F., Almeida, P. C., & deSouza, E. (2009). Desenvolvimento humano e violência de gênero: uma integração bioecológica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22, 86-92.
- Boyce, W. T., Jensen, E. W., James, S. A., & Peacock, J. L. (1983). The family routines inventory: Theoretical origins. *Social Science and Medicine*, 17, 193-200.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bucher, J. S. N. F. (1985). Mitos, segredos e ritos na família. *Psicologia: Teoria e pesquisa*, 1(2), 110-117.
- Cleary, D. 1993. After the Frontier: problems with political economy in the modern brazilian Amazon. *Journal of Latin American Studies*, 25, 331-349.
- De Antoni, C., Teodoro, M., & Koller, S. H. (2009). Coesão e hierarquia em famílias fisicamente abusivas. *Universitas Psychologica*, 8 (2), 399-412.
- Fiese, B., Tomcho, T., Douglas, M., Josephs, K., Poltrock, S. & Baker, T. (2002). A review of 50 years of research on naturally occurring family routines and rituals: Cause for celebration? *Journal of Family Psychology*, 16(4), 381-390.
- Fraxe, T. J. P., Witkoski, A. C., Miguez, S. F. (2009). O ser da amazônia: identidade e invisibilidade. *Ciência e Cultura*, 61(3).
- Geertz, C. (1966). Religion as a cultural system. In Banton, M. (Org.), *Anthropological Approaches to Religion*. London: Tavistock.
- Gerhing, T. M. & Marti, D. (1993). The architecture of family structures: Toward a spatial concept for measuring cohesion and hierarchy. *Family Process*, 32, 135-139.
- Johnson, V. K., Cowan, P.A. & Cowan, C. P. (1999). Children's classroom behavior: The unique contribution of family organization. *Journal of family Psychology*, 13, 355-371.
- Maybury-Lewis, B. (1999). Terra e água: identidade camponesa como referência de organização política entre os ribeirinhos do rio Solimões. In: Furtado, Lourdes (Org.). *Amazônia, desenvolvimento, sociodiversidade e qualidade de vida*. Belém: Museu Emílio Goeldi.
- Mendes, L. S. A., Ramos, T. S., Pontes, F. A. R., Reis, D. C., Silva, S. S. C. & Silva, S. D. B. (2008). A prática docente em uma escola ribeirinha na ilha do Marajó: um estudo preliminar em contexto naturalístico, *Educação*, 31 (1), 80-87.

- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome [MDS] (2010). Disponível em www.mds.gov.br/bolsafamilia. Acesso em 14/07/2010.
- Minuchin, S. (1982). *Famílias: funcionamento & tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Minuchin, P. (1985). Families and individual development: Provocations from the field of family therapy. *Child Development*, 56, 289-302.
- Neves, D. P. (2009). Os ribeirinhos-agricultores de várzea: formas de enquadramento institucional. *Cadernos NAEA*, vol. 12, n. 1, pp. 67-92.
- Nugent, S. (1993). *Amazonian caboclo society: an essay on invisibility and peasant economy*. Providence: Berg Publishers.
- Parker, E. 1985. The Amazon Caboclo: an introduction and overview. In: Parker, E. (Ed.). *The Amazon Caboclo: historical and contemporary perspectives*. Studies in Third World Societies.
- Pelicoli, C.; Teodoro, M. L. M. & Dell'Aglio, D. D. (2007). A percepção de família em vítimas de abuso sexual intrafamiliar: estudo de caso. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 59(2), 256-269.
- Reis, D. C. (2007). *Cultura da brincadeira em uma comunidade ribeirinha na ilha do Marajó*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Pará (UFPA).
- Silva, S. S. C., Santos, T. M., Pontes, F. A. R., & Bucher-Maluschke, J. (2011). Avaliação de famílias ribeirinhas: Uma proposta adaptada ao contexto. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 4 (3), 253-263.
- Wood, B. & Talmon, M. (1983). Family boundaries in transition: A search for alternatives. *Family Process*, vol. 22, pp. 347-357.

ANEXO A – Documento de Aprovação do Comitê de Ética



Universidade Federal do Pará

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA EM SERES HUMANOS



Carta Provisória: 039/11 CEP-ICS/UFPA

Belém, 06 de abril de 2011.

A: Prof^ª. Dr^ª. Simone Souza da Costa Silva

Senhora Pesquisadora,

Temos a satisfação de informar que seu projeto de pesquisa “AS REPERCUSSÕES ECOLÓGICAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SOBRE A DINÂMICA FAMILIAR EM UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA” de CAAE 0146.0.073.000-11 e parecer n^º 203/10- CEP-ICS/UFPA, foi apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará, na reunião do dia 05 de abril de 2011.

Assim, Vossa Senhoria tem o compromisso de entregar a este CEP, no dia 27 de março de 2012, um relatório indicando qualquer alteração que possa ocorrer após a aprovação do protocolo.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Wallace Raimundo Araujo dos Santos.
Coordenador do CEP/ICS/UFPA

ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Projeto de Pesquisa: As repercussões ecológicas do Programa Bolsa família sobre a dinâmica familiar em uma comunidade ribeirinha.

A presente pesquisa pretende analisar as dimensões econômicas e sociais do Programa Bolsa Família sobre a estrutura e dinâmica familiar em uma comunidade ribeirinha na ilha do Combú. As informações recolhidas serão utilizadas apenas para os objetivos do estudo proposto, salvo em caso da defesa de dissertação e da participação em eventos acadêmicos.

Afirmo que é praticamente nula a existência de riscos para os sujeitos envolvidos, seja de situação constrangedora ou de alteração do ambiente e do comportamento destes. Os benefícios desta pesquisa para o participante será resultante da análise que apontará sugestões para a problemática envolvida, no sentido de que possam efetivamente melhorar a qualidade do Programa Bolsa Família.

Informo que apesar da possibilidade de risco nesta pesquisa ser quase inexistente, caso haja danos provocados, comprovadamente, pela pesquisa, os participantes serão amparados e/ou reparados pela pesquisadora.

Ressalto que os sujeitos envolvidos nesta investigação são livres para participar e/ou para retirar-se da pesquisa a qualquer momento, solicito apenas que seja avisada sua desistência.

Pesquisadora Responsável: Viviam Rafaela Barbosa Pinheiro Freire.

Endereço: Pass. Dionísio Bentes, nº 627. Curió-Utinga. Belém – Pará. CEP: 66610-070.

Fone: (91)32768184 ou (91)88442478.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que li as informações acima sobre a pesquisa, e que me sinto perfeitamente esclarecido (a) sobre o conteúdo da mesma, assim como os seus riscos e benefícios. Declaro ainda que, por minha livre vontade, aceito participar e aceito participação das crianças que se encontram sob minha responsabilidade, na presente pesquisa.

Belém, ___ de _____ de 2010.

Sujeito da pesquisa ou responsável

ANEXO C – Representação Familiar

Nome: _____

Data: ____/____/____

Representação Típica

1									
2									
3									
4									
5									
6									
7									
8									
9									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9

Representação Ideal

1									
2									
3									
4									
5									
6									
7									
8									
9									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9

Representação Típica

1									
2									
3									
4									
5									
6									
7									
8									
9									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9

	P	M	C ₁	C ₂	C ₃
Figuras Usadas					
Idade					
Sexo					
Probando					

	P	M	C ₁	C ₂	C ₃
Altura					

Obs.:.....

Altura					
--------	--	--	--	--	--

Obs.:.....

Altura					
--------	--	--	--	--	--

Tipo de Conflito: Pais Pais - Criança
 Irmãos Outros

Situação Dia a dia Especial

Frequência Frequente Raramente

Obs.:.....



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO
LABORATÓRIO DE ECOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

INVENTÁRIO BIOSOCIODEMOGRÁFICO (ANEXO D)

I - DADOS GERAIS DA FAMÍLIA

1. Aplicador: _____ Data: ____/____/____ Família: n°. _____
 2. Questionário respondido por: mãe pai responsável 3. Comunidade: _____

II - COMPOSIÇÃO FAMILIAR

NOME	STATUS FAMILIAR	IDADE	ESTADO CIVIL	OCUPAÇÃO/LOCAL	ESCOLARIDADE/LOCAL	DOCUMENTAÇÃO*					
						CN	CI	CPF	CTPS	TE	CR

*CN = Certidão de Nascimento / CI = Carteira de Identidade / CPF = Cadastro de Pessoa Física / CTPS = Carteira de Trabalho e Previdência Social / TE = Título de Eleitor / CR = Carteira de Reservista

1. Há quanto tempo você mora na comunidade? _____

2. Você tem mais algum parente que more na comunidade? Quem?

3. Quantas famílias moram na residência? _____

4. Cidade de origem: _____

5. Em que ano se casou na atual união: _____

6. Número de uniões: _____

7. Como você imagina que será a vida dos seus filhos daqui a dez anos?

8. Por que você quer que seus filhos freqüentem a escola?

III - CARACTERÍSTICAS DO DOMICÍLIO

1. MORADIA: Própria () Alugada () Cedida () OUTRA _____

2. TIPO DE CONSTRUÇÃO: Alvenaria () Madeira () Taipa/Barro () Mista () Material reaproveitado ()

Outros _____

4. Nº DE CÔMODOS: _____ 5. Quais: _____

6. EQUIPAMENTOS E MÓVEIS:

Geladeira () Fogão () Televisão () Rádio () Cama () Outros _____

7. ENERGIA ELÉTRICA: Relógio de controle próprio () Gerador particular () Improvisada (gato) () Sem energia ()

Relógio Comunitário () Lâmparina ()

8. ABASTECIMENTO DE ÁGUA: Rede Pública (encanada) () Poço () Torneira Coletiva () Barco de distribuição ()

9. Recebe algum tipo de tratamento? S() N() 10. Qual _____

11. DESTINO DO LIXO DOMICILIAR: Coleta () Via Pública/ Corrente de água Natural () Queimado () Enterrado ()

Outro _____

12. DESTINO DO ESGOTO DOMICILIAR: Rede Pública () Céu aberto () Fossa () Outro _____

13. Quais são as doenças mais freqüentes na família? _____

14. Quais são os remédios utilizados? _____

IV - CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS

1. Renda Familiar Mensal: _____

2. Quais os membros que contribuem para o orçamento familiar: _____

3. Quem controla o dinheiro da família: _____

4. Beneficiária de algum programa de transferência de renda? S() N()

5. Qual(s)? _____ 6. Há quanto tempo? _____

7. Quem é o titular do cartão? _____

8. Quem vai ao banco receber o benefício? _____

9. Qual o valor do benefício? _____ 9. Referente a quantas crianças? _____

10. Como você gastou o benefício no mês passado? _____

11. Como você conseguiu o cadastro? _____

12. Quanto tempo demorou para você receber o benefício? (tempo entre o cadastro e o recebimento)

13. Atualmente você recebe (recebeu) a visita de técnicos ou profissionais de saúde/educação? _____

Observações:

ANEXO E - Inventário de Rotina

	HORA	ATIVIDADE													LOCAL	OBSERVAÇÕES								
		DA	H	A	D	E	DC	B	TV	R	TD	AP	CO	L			FC	ER	OUTRO					
TARDE	12h-13h																							
	13h-14h																							
	14h-15h																							
	15h-16h																							
	16h-17h																							
	17h-18h																							
NOITE	18h-19h																							
	19h-20h																							
	20h-21h																							
	21h-22h																							
	22h-23h																							
	23h-24h																							
LEGENDAS																								
DA	dormir, descansar ou acordar				B	brincar				AP	atividades programadas				S	sozinho				PP	parentes próximos			
H	higiene pessoal				TV	televisão				CO	Conversar				M	mãe				AM	amigos			
A	Alimentação				R	rádio/DVD				L	Leitura				P	pai								
D	Deslocamento				TD	tarefas domésticas				FC	festa/comemoração				AV	avó/avô								
E	Escola				DC	dever de casa				ER	evento religioso				I	irmãos								